

RAÍZES DO BRASIL, 1936

O estatismo orgânico como contribuição original*

Rogério Schlegel

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos – SP, Brasil. E-mail: rschlegel@unifesp.br

DOI: 10.17666/329307/2017

Não existe um *Raízes do Brasil*, mas vários. As diferentes edições da obra de Sérgio Buarque de Holanda possuem conteúdos diversos, por conta de revisões feitas pelo próprio autor e pela adição ou supres-

* Este artigo foi escrito a partir de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no CEM/Cebrap (Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e no Clas (Centre of Latin American Studies), da Universidade de Cambridge, com financiamento da Fapesp. Agradeço aos comentários de pareceristas anônimos da *RBCS*, que contribuíram decisivamente para o aprimoramento do artigo; aos participantes do GT Pensamento Social no Brasil, do 38º Encontro Anual da Anpocs, em especial ao comentarista André Botelho; e aos participantes do GT Intelectuais, Instituições e Ideias Políticas no Brasil, do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ, em especial a Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva e Jefferson de Almeida Pinto. Nesses encontros versões preliminares deste texto foram apresentadas e discutidas, colaborando para seu aprimoramento.

Artigo recebido em 02/04/2015

Aprovado em 25/08/2016

são de prefácios e apêndices.¹ Após o lançamento em 1936, Holanda reveriu o texto para a segunda edição, de 1948, e novamente para a terceira, de 1956.² Há diferenças substanciais, relativas a aspectos centrais, entre a edição *princeps* e as demais. O fato de essas metamorfoses a esta altura já constituírem uma frente de pesquisa e reflexão, com vários trabalhos publicados (a exemplo de Mello, 1995; Monteiro, 1999; Wegner, 2006; Waizbort, 2011; Eugênio, 2011; Rocha, 2012; Feldman, 2013; Schlegel, 2014; Monteiro e Schwarcz, 2016),³ não impede que comentadores contemporâneos desconheçam ou menosprezem a magnitude das alterações introduzidas no livro. Tem mais de duas páginas, em corpo reduzido, a relação de Feldman (2016, pp. 256-258) com obras que atribuem à edição de 1936 formulações que só foram incluídas no livro em 1948. A lista é extensiva, mas não exaustiva.

Diferentes motivos tornam relevante desfazer esses mal-entendidos. O texto original foi especial-

RBCS Vol. 32 n° 93 fevereiro/2017: e329307

mente influente em seu tempo, a julgar pela memória de intelectuais que o viveram, como Antonio Candido ([1967] 2011).⁴ As edições revistas geraram uma caudalosa produção a partir de – e sobre – *Raízes do Brasil*, com frequência tomando novas versões como sendo a de 1936. Recuperar os sentidos originais é tarefa importante na reconstrução mais fiel não só da trajetória de um autor central para o pensamento brasileiro como Holanda, mas também para o entendimento do ambiente intelectual em que estava inserido nos anos de 1930. As metamorfoses do texto são ricas em sugerir processos que colocam as ideias em movimento, seja ao serem enunciadas, seja nos diferentes momentos em que são recepcionadas. No ano em que se comemoraram oitenta décadas da edição *princeps*, o interesse pela trajetória da obra voltou a crescer. O lançamento de uma edição crítica por uma grande editora (Holanda, 2016), que inclui a indicação dos pontos em que a versão consolidada em 1969 difere de outras quatro que lhe antecederam, levou o assunto dos encontros de pesquisadores para a mídia.⁵

A recuperação do texto original de *Raízes do Brasil* faz-se, em alguma medida, contra a vontade do próprio autor. “Este livro sai consideravelmente modificado na presente versão. Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me”, revelou Holanda no prefácio à segunda edição (Holanda, 1948, p. 11). Garimpar a primeira versão permite identificar claramente as formulações do autor na década de 1930, a esta altura soterradas por camadas de modificações no texto que embaralharam os sinais sobre o caminho a seguir na exegese – e também por camadas de interpretações seguindo pistas em diferentes direções.

Defendo que a mudança capital, que revoluciona o sentido do ensaio e desencadeia as demais, é uma só: a herança ibérica e suas marcas na personalidade do brasileiro deixam de ser fonte de vitalidade e principal matriz a partir da qual construir a modernidade no país para, nas edições posteriores, se tornar um obstáculo a ser vencido. Há outras alterações de monta. A revisão de 1948 acrescenta a defesa de uma revolução vertical, de caráter social; ao descrever o caráter nacional e a democracia

como incompatíveis, o autor aposta na dominância do primeiro na primeira edição, mas altera radicalmente sua escolha nas demais; a formulação sobre o desterro como característico do brasileiro é modificada; o organicismo que estrutura a primeira edição é desintegrado; cessa a celebração a Gilberto Freyre, que é miniaturizado a partir da segunda edição; e a abordagem de sociólogo cede espaço à de historiador, para citar algumas mudanças substanciais apontadas em estudos anteriores (Rocha, 2008; Waizbort, 2011; Eugênio, 2011; Mello, 1995; Feldman, 2013).

Neste artigo, proponho uma análise das três primeiras edições usando como fio condutor a forma como o Estado é representado e o papel que lhe é atribuído na modernização do país, com base em sua relação com o emocionalismo, que seria o traço distintivo da sociedade brasileira.⁶ O estudo delinea com clareza duas representações predominantes para o papel do Estado. Da versão original, emerge a defesa de um Estado forte, de traços oligárquicos, eventualmente autoritário, que deve se compor com o emocionalismo “em contraponto” – uma imagem usada pelo autor que sugere linhas musicais independentes, mas em harmonia, como a partitura de diferentes instrumentos em uma orquestra. As revisões para a segunda e terceira edições consolidaram a representação do Estado como ariete contra o individualismo e o personalismo, uma instituição que deveria criar as condições para o florescimento de uma democracia impessoal no país. Analistas anteriormente se aproximaram de uma ou outra interpretação, mas de forma geral deixaram de observar as mutações no texto.

Minha abordagem indica que a originalidade do ensaio de 1936 reside em ponto virtualmente ignorado pelos comentadores. Revolidas as várias camadas de interpretação que contemporaneamente se interpõem entre o leitor e a obra, transparece um intelectual mais próximo do pensamento autoritário dos anos de 1930 do que do “radicalismo democrático” que lhe foi atribuído por Antonio Candido ([1998] 2008, p. 34). Por outro lado, interpretações anteriores que ressaltavam as aproximações do texto com os autoritários, a exemplo da feita por Gomes (1990), deixaram de observar uma distinção fundamental: na edição *princeps*, Holanda prescreve prota-

gonismo para o Estado, mas subordinado às características mais essenciais da sociedade. Para resumir em uma expressão, defendo que a originalidade da obra está em seu “estatismo orgânico”.

Uso a expressão em sentido forte, com significado específico, uma vez que em sentido fraco “Estado orgânico” descreve pouco mais que uma organização estatal entendida como unidade em si ou em conjunto com a sociedade, tendo sido adotada por autores tão diversos quanto Hegel ([1820] 1997), o presidente norte-americano Woodrow Wilson ([1889] 1918) e o cientista político Juan Linz (1975). Aqui, estatismo orgânico é uma variação do “idealismo orgânico” cunhado pelo contemporâneo Oliveira Vianna (1922, p. 13) para catalogar as invenções institucionais em sintonia com a maturação esperada da sociedade, como será discutido adiante. Para Brandão (2005), a conceituação de Vianna pode ser usada para descrever uma linhagem ou família intelectual do pensamento político brasileiro passível de ser rastreada ao longo das décadas seguintes.⁷ Estatismo orgânico também faz referência ao organicismo pronunciado da edição de 1936, em que Holanda toma a sociedade como assemelhada a um ser biológico, cujo desenvolvimento deve respeitar a programação contida em sua essência. Com estatismo orgânico, pretendo sintetizar a proposta feita por Holanda de um Estado facilitador da instalação de uma nova ordem, mas cujos contornos deveriam se subordinar ao traço fundamental da nacionalidade, identificado como o emocionalismo.

Aceita minha argumentação, segue-se a constatação de que parte dos aplausos merecidos por *Raízes do Brasil* tem vindo pelos motivos errados. Seu avanço em relação ao pensamento autoritário dominante nos anos de 1930 não está no viés democrático, só incluído na edição do pós-Segunda Guerra Mundial. Holanda se descola dos autoritários ao localizar na sociedade a matriz fundamental a partir da qual uma nova ordem racional-legal deveria ser constituída, propondo como caminho genuinamente brasileiro para a modernidade uma síntese inovadora, “americana” e contrária ao racionalismo e ao utilitarismo anglo-saxões. Para Holanda, naquela conjuntura era o Estado que se apresentava disforme – “uma periferia sem um centro”

(p. 137) –, enquanto para autores como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral e Nestor Duarte caberia ao Estado dar forma à sociedade.

Além da reavaliação sobre o diferencial político que trazia ao tempo de seu lançamento, este artigo pretende dar outras contribuições para o entendimento de *Raízes do Brasil* e suas metamorfoses. Na primeira seção, discuto o perspectivismo e as tensões que caracterizam a exposição dos argumentos no ensaio original, substrato favorável às reconstruções que marcaram as revisões do autor. No bloco seguinte, apresento quadros com a análise diacrônica dos trechos que sofreram as alterações mais substantivas nas três primeiras edições, o que permite detectar com clareza as diferentes estratégias empregadas por Holanda. A terceira seção trata da interpretação do desfecho do livro na edição de 1936, fundamental para o entendimento de todo o ensaio. Enfatizando o caráter metafórico da expressão “em contraponto” e mobilizando intertextualidade só adequadamente explorada recentemente, apresento a interpretação de que Holanda propunha que o protagonismo de um Estado forte fosse moldado a partir do caráter nacional brasileiro. É no segmento final do artigo que reposiciono a edição *princeps* na produção autoritária da década de 1930, salientando o estatismo orgânico que a singulariza.

Uma preliminar: o perspectivismo

Nesta análise, parto da convicção de que a exatidão do que se afirma sobre *Raízes do Brasil* depende fundamentalmente da edição usada como referência, como já anotou um comentador (Feldman, 2013, p. 120). O tema do Estado tem centralidade nas diferentes edições e gera entendimentos discrepantes. Em uma vertente, os intérpretes compreendem o Estado de *Raízes do Brasil* em chave negativa: ele dificultaria, por exemplo, “o desencadear das transformações profundas na sociedade brasileira” (Dias, 2008, p. 322). Para outra vertente, hoje prevalecente, o Estado seria “transcendência incumbida de abolir a ordem familiar” (Gurza Lavalle, 2004, p. 42) e representaria a esfera pública impessoal encarregada de se contrapor aos particularismos sociais (Lamounier, 2006, p. 292).

Não se deve perder de vista que parte das divergências na interpretação pode ser creditada ao estilo de exposição das ideias na obra. O jogo dos contrários, a estrutura dialética, as relações complexas entre polos opostos são marcas de todas as edições de *Raízes do Brasil*. Isso certamente contribuiu para que alguns analistas o qualificassem de contraditório, indeciso e ambíguo. Wegner (2006, p. 347) usou a imagem do caleidoscópio para descrever o texto, por considerar que há sucessivas mudanças de ângulo de análise na mesma edição, e cada mudança altera o conjunto e a valoração de seus elementos. Esse rico perspectivismo levaria Holanda a enxergar um mesmo objeto de pontos de vista distintos, iluminando-o sob uma luz ora favorável ora crítica, a exemplo do que ocorre com o controverso e discutido tema da cordialidade.

O perspectivismo é crucial para o entendimento das metamorfoses do texto. Mesmo supressões ou adições pontuais ou de menor monta foram capazes de alterar substancialmente pontos centrais da obra, modificando o equilíbrio entre argumentos pró e contra. Um exemplo: em 1936, Holanda discutiu o que havia de continuidade e de ruptura em relação à herança ibérica; de um lado, apontava marcas indelévels na cultura e no caráter brasileiros e, de outro, superações, sobretudo por meio de mudanças na estrutura social; com as revisões de 1948 e 1956, a balança claramente pendeu para a ruptura. Assim, mesmo trechos sem modificações acabaram ressignificados por conta do reenquadramento geral da obra.

A análise que apresento leva o perspectivismo em consideração e se propõe a ir além. Não se trata de procurar e, em sua ausência, inventar uma coerência para a obra que se toma como objeto, em um procedimento criticado por Skinner (1969) como mito corrente na pesquisa histórica do pensamento. Sem deixar de ser mais um ensaio sobre a polissemia do trabalho, meu estudo pretende localizar com maior precisão os ganchos em que estão ancoradas as diferentes interpretações. Rastrear as modificações com uma análise diacrônica pode contribuir para o mapeamento das mudanças de ênfase, para a análise das estratégias do autor-revisor e para o esclarecimento de algumas das passagens da obra tidas como enigmáticas ou especialmente controversas.

João Kennedy Eugênio (2011) detectou três matrizes interpretativas principais entre os comentaristas de *Raízes do Brasil*. A matriz mais influente seria a sociológica, cujo representante destacado é Antonio Candido. Seu núcleo seria a crítica às raízes ibéricas e a inspiração weberiana da obra. Sua fraqueza estaria em escamotear todos os aspectos obscuros fortes ou tingidos de culturalismo, concentrados nos capítulos 1, 2, 6 e 7. Já a matriz identitária se concentraria na discussão empreendida por Holanda sobre a singularidade cultural brasileira e sua mudança/permanência ao longo da história. Incluiria variantes que destacam o historicismo, o romantismo e o organicismo presentes na obra e teria como expoente Maria Odila Leite Dias. Ambas as matrizes têm o mérito de se apoiar em aspectos claramente identificáveis no livro, mas de forma geral silenciam sobre traços e trechos que lhes são rivais.

A terceira matriz pretende assinalar esses contrastes e os tomar em conjunto, sem fazer uma opção excludente entre uma ou outra leitura. Entre seus representantes estariam o próprio Eugênio, Angela de Castro Gomes, George Avelino Filho e Robert Wegner. Como já ficou claro, também o presente estudo tem a ambição de propor uma interpretação integradora. Com um ingrediente adicional: a atenção para as metamorfoses do texto, deixadas de lado nesta categorização de matrizes interpretativas. Com a discussão sobre as revisões chegando a públicos cada vez mais amplos, recuperar o perspectivismo da versão original pode combater um movimento pendular, envolvendo a tentação de aplinar o entendimento sobre a edição de 1936, tachando-a simplesmente de antiliberal e a favor da herança ibérica.

Tensões e ênfases da obra original

A análise diacrônica revela que as revisões do autor criaram obras com sentidos diferentes, opostos em muitos pontos. Como se verá, as alterações dramáticas ocorreram para a edição de 1948; os retoques para a versão de 1956 representam menos em termos de substância. Nos doze anos entre a primeira e a segunda edições, o mundo viveu a emergência de regimes totalitários e a Segunda

Guerra Mundial, e o Brasil experimentou a ascensão e a queda do Estado Novo e a redemocratização do pós-guerra. Mais do que tudo, os regimes democráticos liberais prevaleceram e se consolidaram como paradigma de governança desejável.

Um resumo possível para o ensaio é de que busca na personalidade e na colonização portuguesas as raízes do caráter nacional brasileiro. A cultura da personalidade herdada dos portugueses teria marcado de forma duradoura nossa sociedade, que privilegia as relações pessoais e tem dificuldade em lidar com um Estado impessoal. O fim da escravidão e o avanço da urbanização representariam uma revolução lenta, que estaria mudando este estado de coisas, mas nossos traços culturais singulares teriam de ser levados em conta na construção de nossa modernidade.

Ocorre que um relato assim plano faz jus à obra de forma restrita, considerando a mirada caleidoscópica presente no ensaio. Levando em conta o perspectivismo já mencionado, a missão de sintetizar o livro exige um detalhamento em grande medida incompatível com os limites de um artigo. No entanto, correndo o risco de incorrer em esquematismo, destaco a seguir os pontos principais de cada capítulo, colocando em relevo sempre que possível o jogo dos contrários presentes em cada passagem.

O primeiro capítulo (“Fronteiras da Europa”) trata da colonização portuguesa. Uma tensão fundamental que atravessa a obra já aparece no primeiro parágrafo:

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem-sucedido, e em larga escala, de transplantação de cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical. [...] vivemos uma experiência sem símile. Trazendo de países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa própria terra. [...] o certo é que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça participa fatalmente de um estilo e de um sistema de evoluções naturais a outro clima e a outra paisagem (Holanda, 1936, p. 3).

Ao mesmo tempo, os brasileiros são identificados como herdeiros diretos do povo português – nós constituímos o esforço bem-sucedido de transplantação de cultura europeia – e como estranhos a si mesmos – somos desterrados em nossa terra. Simultaneamente, a empreitada foi bem-sucedida e resultou em desterro. Outra frente de tensão se revela quando o leitor chega aos trechos em que a herança ibérica é descrita em chave positiva ou quando é ressaltada a plasticidade dos portugueses, cuja capacidade de adaptação colide com a ideia de transplantação que abre a obra.

Ao longo do capítulo, espanhóis e portugueses são retratados com um traço peculiar, qual seja, a cultura da personalidade, neste passo definida como a importância dada ao “valor próprio da pessoa humana” e a autonomia de cada homem em relação aos semelhantes. O autor apresenta como correlata a ela a “singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e organização entre esses povos” (Holanda, 1936, p. 5). Descreve a antipatia desses povos por toda moral fundada no culto ao trabalho. A autarquia do indivíduo torna especialmente valorizada a obediência, justamente por ser rara. A obediência é descrita como único princípio político verdadeiramente forte para os povos ibéricos.

No fecho do capítulo, está explícito o organicismo que marca a edição *princeps* e aparece um diagnóstico que se deve ter em mente para a interpretação do último parágrafo do livro:

Em vão temos descurado importar dos sistemas de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um substitutivo adequado, capaz de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado. A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora verdadeiramente os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. [...] No caso brasileiro, a verdade [...] é que ainda nos associa à Península Ibérica, e a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva. [...] Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma (Holanda, 1936, p. 15).

O segundo capítulo (“Trabalho & aventura”) basicamente contrasta o estilo da colonização portuguesa ao da holandesa e da espanhola. O caráter errático do empreendimento português recebe várias críticas e também elogios, sendo o balanço positivo a seu favor. Os portugueses exploraram os trópicos “com desleixo e certo abandono”, mas “o reconhecimento desse fato não constitui menos-cabo à grandeza do esforço português” (p. 20). Os portugueses encarnariam o tipo aventureiro – em oposição ao trabalhador –, que “vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes” (p. 21). O espírito de aventura é acompanhado de fraquezas, mas favoreceu a mobilidade social e permitiu enfrentar as asperezas da natureza. A “fantástica plasticidade social” lusa fez com que no Brasil o domínio europeu fosse “brando e mole, menos obediente às regras e dispositivos, mais conforme à lei da natureza” (p. 27). Os colonizadores também eram marcados pela virtual ausência de orgulho de raça, o que favoreceu a mestiçagem e a proximidade entre dominadores e negros. A sociedade criada com base nessas características é descrita como “organismo amorfo e invertebrado”.

Ao tratar da afetividade do brasileiro, o autor inicialmente faz crítica baseada no que seriam paradigmas externos sobre a organização política:

O peculiar da vida brasileira por essa época parece ter sido uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do passional, do irracional e uma estagnação, ou antes um afrouxamento correspondente das qualidades ordenadoras, discriminadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que poderia convir a uma população em vias de se organizar politicamente, de acordo com os conceitos modernos (Holanda, 1936, pp. 32-33).

À colonização holandesa faltava plasticidade, mas sobrava “espírito de empreendimento metódico e coordenado, capacidade de trabalho e coesão social” (p. 33). Ela também trouxe ênfase nas cidades, nas melhorias urbanas e culturais. No entanto, o empreendimento holandês “sucumbiu desastrosamente” por inaptidão para “fundar a prosperidade da terra nas bases que lhe seriam naturais”. No caso

dos portugueses, levando em conta sua plasticidade, “sua fraqueza foi sua força”.

O capítulo 3 (“O passado agrário”) enfatiza o peso da herança rural em nossa formação e a ruptura que o fim da escravidão representou. “Toda estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora das cidades”, enuncia sua primeira frase. No império eram os fazendeiros e seus filhos que monopolizavam a política, “fundando neste incontestável domínio a estabilidade das instituições” (p. 45). Com a urbanização das atividades econômicas, desenvolveu-se também a burocracia, atraindo os segmentos sociais dos quais saíam os proprietários rurais:

A constituição de uma burocracia numerosa e próspera, comportando postos cuja remuneração e cuja importância social estavam muitas vezes – quase sempre – na razão inversa do trabalho que lhes correspondia, impunha-se como o expediente próprio para assegurar um bem estar relativo a parte considerável da população, que do contrário se veria condenada a uma irremediável ruína (Holanda, 1936, p. 47).

No Brasil colonial teria se passado algo diverso do registrado em outras partes do mundo, até mesmo na colonização americana: não foram as cidades que drenaram riquezas e poder do meio rural, mas os domínios rurais que exerceram “ditadura” sobre o Brasil colônia. O predomínio do ruralismo foi antes uma orientação dos portugueses que uma imposição do meio – e neste ponto Holanda remete a uma nota que ocupa quatro páginas ao final do volume para negar a teoria da força centrífuga de Oliveira Vianna, segundo a qual os portugueses eram urbanos e foram levados a se interiorizar pela força do meio americano. Em 1888, com a abolição da escravidão, “a vida brasileira desloca-se nitidamente de um polo a outro, com a transição para a ‘urbanocracia’, que só de então em diante se impõe completamente” (p. 43).

Na primeira edição, o capítulo 4 leva o mesmo título do 3 (“O passado agrário”), acrescido da inscrição “Continuação”, entre parênteses. Só a partir da edição de 1948 passaria a chamar-se “O sementeiro e o ladrilhador”. Trata-se do bloco que se celebrou por contrastar o espírito ladrilhador dos espanhóis –

que criaram grandes povoações, permanentes e ordenadas – e o semeador dos portugueses – com núcleos criados por instinto e com desleixo, obedecendo às exigências topográficas e focados na exploração comercial. Holanda vislumbra uma associação entre o agrarismo dos portugueses e sua renúncia a trazer normas imperativas e absolutas. Habitar cidades exige poderosa manifestação da vontade e, como teorizou Weber, esteve associado à criação de órgãos locais de organização política. A fisionomia mercantil da empreitada lusa manifestou-se no contraste entre o esplendor rural e a miséria urbana, mas também no sistema de povoação litorânea adotado. Mesmo à Igreja Católica, tão vinculada à nossa formação nacional, faltaram forças para “organizar a sociedade anárquica da colônia” (p. 82).

De mãos dadas com o domínio do mundo rural, andava o predomínio da vida doméstica. A autoridade do pátrio poder era praticamente ilimitada e se estendia a escravos e agregados. Desse contexto, brotam os traços mais marcantes das relações sociais, conforme trecho que merece ser reproduzido:

O quadro familiar é, nesse caso, tão poderoso e exigente, que acompanha aos indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre neles à entidade pública. A nostalgia desse quadro compacto, único e intransferível, onde prevalecem sempre e necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, deixou vestígios patentes em nossa sociedade, em nossa vida política, em todas as nossas atividades. Representando – como já notamos – o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da submissão. Resultava dessa circunstância um predomínio quase exclusivo, em todo o mecanismo social, dos sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela Família. Explicam-se largamente, com isso, a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático [...] e também os obstáculos que se ergueram contra a formação de um aparelhamento burocrático eficiente entre nós (Holanda, 1936, p. 89).

Assim, o ruralismo português aparece nos capítulos 3 e 4 como responsável, a um só tempo, pela plasticidade – com sinal positivo – e pela desordem na vida da colônia.

O quinto capítulo (“O homem cordial”) tem como tema central uma das facetas principais do que estou rotulando de emocionalismo: a cordialidade. Começa com a afirmação de que “o Estado [...] não constitui uma ampliação do círculo familiar” (p. 93); na verdade, pertence a “ordem diferente em essência” em relação à família. O texto sustenta que onde quer que prospere a ideia de família tendem a ser precárias a formação e a evolução da sociedade “segundo os conceitos modernos”, citados novamente na página 98. A estrutura administrativa do Estado sofreu com isso no Império e na República, porque comportava elementos incapazes de distinguir o que era privado do que era público – um funcionalismo marcado pelo patrimonialismo.

Ao lado dessa avaliação crítica, um dos efeitos da dominância da família se expressa no homem cordial, inicialmente descrito em chave positiva:

O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz, quando disse que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam, formam um aspecto bem definido do caráter nacional. Seria engano supor que, no caso brasileiro, essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico e transbordante. Na civilidade, há algo de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. [...] Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro (Holanda, 1936, pp. 101-102).

A avaliação do homem cordial já é multifacetada na primeira edição. Por um lado, a cordialidade é o contrário da polidez, que converteu a espontaneidade em estratégia de defesa para o indivíduo; por outro, o homem cordial sente verdadeiro pavor

de viver consigo mesmo, e a vida em sociedade em alguma medida o liberta disso. Diante da autoridade, sente dificuldade em fazer reverência prolongada; até santos e deuses são tratados com intimidade, por apelidos e diminutivos. Outras tensões serão exploradas mais adiante neste artigo, magnificadas que foram pelas metamorfoses.

O sexto capítulo (“Novos tempos”) elenca aspectos negativos do emocionalismo, associando-o ao bacharelismo e à desordem. “Toda nossa conduta ordinária denuncia um apego singular aos valores da personalidade, configurada pelo recinto doméstico. [...] Assim, só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos. [...] A personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador”, sustenta Holanda (p. 113). No trabalho, só buscamos a própria satisfação. A inclinação para as profissões liberais veio de Portugal, mas nosso “vício do bacharelismo” está em linha com a tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual (p. 117).

Aproximação semelhante é feita com o idealismo que ignora a realidade nacional:

Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis gerais, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito de nossos desejos, é dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro. Essas construções de inteligência constituem um repouso para a imaginação, comparável à exigência de regularidade a que o compasso musical convida o corpo do dançarino. O prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração e ao esforço, assim a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade têm determinado assiduamente nossa formação espiritual (Holanda, 1936, p. 118).

Mais adiante, Holanda lança a cortante pergunta retórica: “Não existiria, à base dessa confiança no poder milagroso das ideias, um secreto horror à nossa realidade nacional?” (p. 120). O autor critica os positivistas, mas vai além deles, para interpelar todos aqueles que importaram sistemas de ideias “de terras

estranhas”. Especialmente a democracia liberal:

Trouxemos de terras estranhas um sistema completo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam à vida brasileira. Na verdade, a ideologia impessoal e anti-natural do liberalismo democrático, com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas, jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios, até onde eles coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incomoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratarmos com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido (Holanda, 1936, p. 122).

As oposições, os antagonismos e os perspectivismos presentes em todo ensaio revestem o último capítulo (“Nossa revolução”) de interesse especial. É aqui que podem ser resolvidas as tensões da obra. Há três partes distintas no capítulo: a descrição do que seria nossa revolução, movida basicamente pela urbanização; o alerta organicista de que formulações alheias ao caráter nacional brasileiro estão fadadas ao fracasso; e o último parágrafo, que serve de fecho ao livro e à argumentação do autor, em diálogo imediato com a epígrafe do capítulo.

Na primeira seção, Holanda trata do avanço da urbanização e de como representa⁸ uma revolução lenta, sem grande alarde, mas “segura e concertada”, aprofundada desde a Abolição. Ela envolveu também a vinda da família real portuguesa, a independência e a República. O café igualmente teve papel: planta democrática se comparada à cana, dispensa a mão-de-obra escrava, favorece a atividade comercial urbana e permite ao proprietário ser um tipo cidadão. O sentido desse “lento cataclisma [...] parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura”, afirma o autor, introduzindo uma desconcertante oposição à continuidade da herança ibérica ressaltada ao longo do livro. No dia em que o mundo rural começou a ceder à invasão das cidades, começou a decair também a influência portuguesa e a emergir um estilo que Holanda chama de americano.

Novo giro do caleidoscópio leva Holanda a apontar as insuficiências desse americanismo – resume-se à exacerbação de manifestações estranhas e impostas de fora. “O americano ainda é interiormente inexistente”, sustenta, na página 137. Também a República falhou como tradução institucional do fenômeno social da urbanização: “Destruí esse poderoso esteio rural, que fazia a força do regime decaído, sem lograr substituí-lo por nada de novo” (p. 141). O Estado brasileiro preserva traços do sistema tradicional e algum prestígio, mas é “uma periferia sem um centro”, por não contar mais com as bases tradicionais que o sustentavam.

Nesse ponto, Holanda chama a atenção para a distância entre a política e a vida social, citando *O problema nacional brasileiro*, de Alberto Torres. O autor é lembrado como alguém que tem um diagnóstico correto, mas é mais um a acreditar erroneamente que “a letra morta pode influir de modo enérgico sobre os destinos de um povo” (p. 145):

Escapa-nos a verdade de que não são as leis escritas e fabricadas pelos juriconsultos, ou o cumprimento fiel dessas leis, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. [...] O grande pecado do século passado foi justamente o ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e dos conceitos (Holanda, 1936, p. 146).

Criticando as influências liberais sobre as nações ibero-americanas desde sua independência, o autor entende que esses países foram levados a enaltecere um sistema de ideias “que contrastava em absoluto com o que há de mais positivo em seu temperamento” (p. 148). A essa altura, Holanda afirma com todas as letras que “o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos” (p. 152). Ele usa a expressão com sentido político, de governos pessoais. Ao lado do personalismo, a democracia liberal revela-se um sistema sem raízes na realidade, baseado em conceitos puramente decorativos. Os regimes oligárquicos e personalistas latino-americanos são citados como bom exemplo, até mesmo porque “a ideia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os

indivíduos e presidindo aos seus destinos é dificilmente inteligível para a mentalidade dos povos da América Latina” (p. 153).

Em mais um exemplo de perspectivismo, Holanda sustenta que não seria justo declarar a “incompatibilidade absoluta” da democracia com o brasileiro – o que virtualmente fizera páginas antes. A recusa à hierarquia e à perda de autonomia, assim como a impossibilidade de resistir a fatores aliados à democracia, como urbanização e cosmopolitismo, seriam pontos de confluência das condições nacionais com esse arranjo político. No entanto, logo em seguida, o autor afirma que as confluências entre essas ideias e “os móveis do povo” residem no que ambos têm de menos consistente. E, uma página adiante, considera que a coincidência entre eles é “mais aparente do que real” (p. 156).

Seguindo em outra direção, Holanda defende que não será a cordialidade que irá servir de cimento a nenhuma organização humana de escala mais ampla. “É necessário um elemento normativo, sólido, inato na alma do povo, ou implantado pela tirania para que possa haver cristalização social”, defende o autor (pp. 156-157). Páginas antes, havia sustentado que “o Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura do nosso gênio” (p. 142).

Por fim, o autor se encaminha para o fecho de seu argumento. É no último parágrafo que o núcleo propositivo do ensaio se resolve. O trecho é especialmente complexo e será discutido em detalhes mais adiante. Um resumo possível, cuja discussão da consistência deve ser deixada em suspenso no momento, é que nenhuma invenção institucional terá êxito, caso ignore a essência da sociedade brasileira; há “uma única economia possível” para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas, que é condicionar o protagonismo do Estado às características da sociedade e o colocar a serviço da maturação dela. A conclusão está em sintonia com a epígrafe do capítulo⁹ e com o último parágrafo do capítulo 1, sintetizado anteriormente.

Nesta leitura global, a edição *princeps* resulta em valência positiva para os efeitos da herança ibérica no temperamento do brasileiro, marcado pelo emocionalismo. A afetividade é a base dos relacionamentos, espreado-se da família até a vida polí-

tica. Por conta disso, as tentativas de artificialmente criar instituições – aqui entendidas no sentido genérico de “regras do jogo” – liberais e democráticas estão fadadas a ser malsucedidas no país. “Nossa revolução”, lenta e silenciosa, faz-se pela superação do passado agrário, por meio da urbanização, da industrialização e da extinção do escravismo. No entanto, em 1936 Holanda não vê caminho para a modernidade que não parta do que julga ser o caráter nacional brasileiro – as características psicológicas coletivas historicamente inscritas em nossa nacionalidade – e prega uma via singular que se diferencie das experiências anglo-saxãs.

Análise diacrônica das edições

Nesta seção, localizo revisões no texto da segunda e da terceira edições que alteraram decisivamente o espírito do ensaio. Trata-se de dar tratamento sistemático à obra coletiva que consiste em mapear as metamorfoses sofridas pelo texto original, aliando novos dados e *insights* a contribuições fundamentais como as de Eugênio (2011), Waizbort (2011), Schlegel (2014) e Feldman (2016). Na edição revisada, a herança ibérica ganha sinal predominante negativo. Afetividade, familismo e personalismo são entraves para a modernização política e a democracia não tem incompatibilidade de fundo com o país. A estrada para a modernidade define-se pela ruptura com o tradicional. O país precisa de uma revolução vertical, que traga à tona seus “elementos mais vigorosos”.

Em que pese a contribuição que representa a edição crítica lançada recentemente e o tamanho do desafio de compatibilizar cinco versões em um só volume (Holanda, 2016), avalio que a apresentação proposta aqui acena com um atalho mais efetivo quando se trata de recuperar o trabalho de (re)construção de trechos decisivos feito por Sérgio Buarque de Holanda.¹⁰ Os quadros a seguir têm três campos: no primeiro aparece o texto original, no segundo estão anotadas as alterações feitas pelo autor para a edição de 1948 e, na terceira coluna, estão as eventuais modificações entre a segunda e a terceira versão, de 1956. Adições aparecem sublinhadas e em azul, supressões estão marcadas por

texto tachado e em vermelho, como nos principais softwares de edição de texto em uso hoje.

Os principais tópicos envolvidos nestas metamorfoses estão destacados a seguir.

Herança ibérica, emocionalismo e organicismo

Como já vimos, a mudança fundamental na revisão para a segunda edição refere-se à valência da herança ibérica e do emocionalismo. Há traços menores dessa metamorfose em ao menos quatro capítulos, mas é no capítulo final que residem as alterações mais flagrantes. No maior acréscimo contínuo ao ensaio, são acrescentados oito parágrafos nos quais Holanda afirma que é preciso liquidar o individualismo que afeta nossa vida social para que haja evolução na política. Também esclarece que a revolução a que está se referindo em outros pontos da obra consiste na dissolução irrevogável da herança portuguesa.

A guinada é complementada quando, citando o norte-americano Herbert Smith, o autor defende uma revolução “vertical”, que, embora não chegue a expurgar as “camadas superiores”, aproveite a boa tempera e a inexistência de maus costumes entre os “operários e tendeiros”. Saíram daí ingredientes fundamentais para apontar o protagonismo das “camadas oprimidas da população” na revolução buarquiiana, como definiu Candido ([1967] 2011, p. 19) na interpretação hegemônica de *Raízes do Brasil* que o tempo cristalizou. O Quadro 1 sintetiza os acréscimos a esse trecho.

Algumas páginas adiante, mais uma alteração radical: o ensaio passa da aprovação à condenação ao personalismo e a governos oligárquicos. Na prescrição original de Holanda, o Estado deveria ser tocado por oligarquias, *de preferência* de forma não ditatorial – a expressão “de preferência”, aqui, serve de alerta para o fato de que o autor não descarta a ditadura. Na verdade, regimes em que elites se articulam em torno de uma figura central são representados como “o princípio político mais fecundo em nossa América”, como se observa no Quadro 2. Um exemplo citado é o de Diogo Portales, pivô dos governos conservadores e autoritários do Chile das primeiras décadas do século XIX, mas que, no entendimento do autor, não representaria ditadura.

Quadro 1

Acréscimos Mudam Valência do Emocionalismo e Introduzem Defesa da “Revolução Vertical”

1936	Uma superação da doutrina [p. 149] democrática só será possível, efetivamente, quando tenha sido vencido [sic] a antítese impersonalismo-caudilhismo. (p. 150)
1948	<p>Uma superação da doutrina democrática só será possível, efetivamente, quando tenha sido vencido a antítese impersonalismo liberalismo-caudilhismo.</p> <p><u>Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, [p. 18] onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram indicadas nestas páginas, tem um significado claro, será a dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar. [...] Estaríamos vivendo assim, para recorrer às expressões de Mathew Arnold, entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz.</u></p> <p><u>Escrevendo há sessenta anos, com intuição verdadeiramente divinatória, um naturalista norte-americano pôde anunciar, em forma de aspiração, o que não está longe, talvez, de constituir realidade. [...] [p. 270] “De uma revolução”, dizia [Herbert Smith], “é talvez o que precisa a América do Sul. Não de uma revolução horizontal. [...] O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes”. [...]</u></p> <p><u>“Que quando vier, venha placidamente e tenha como remate a amalgamação, não o expurgo, das camadas superiores; camadas que, com todas as suas faltas e os seus defeitos, ainda contam com homens de bem. Lembrai-vos de que os brasileiros estão hoje expiando os erros dos seus pais, tanto quanto os próprios erros. A sociedade foi mal formada nesta terra, desde suas raízes. [...] Não ousou afirmar que, como classe, os operários e tendeiros sejam superiores aos cavaleiros e aos grandes negociantes. [...] [p. 271] Mas o trabalho dá-lhes boa têmpera, e a pobreza defende-os, de algum modo, contra os maus costumes”. (p. 272)</u></p>
1956	<p>Uma superação da doutrina democrática só será possível, efetivamente, quando tenha sido vencido a antítese liberalismo-caudilhismo.</p> <p>Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram indicadas sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.</p> <p>[...] Estaríamos vivendo assim, para recorrer às expressões [p. 265] de Matthew Arnold, entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz.</p> <p>Escrevendo há sessenta anos, com intuição verdadeiramente divinatória, um naturalista norte-americano pôde anunciar, em forma de aspiração, o que não está longe, talvez, de constituir realidade. [...] “De uma revolução”, dizia [Herbert Smith], “é talvez o que precisa a América do Sul. Não de uma revolução horizontal. [...] O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes”. [...]</p> <p>“Que quando vier, venha placidamente e tenha como remate a amalgamação, não o expurgo, das camadas superiores; camadas que, com todas as suas faltas e os seus defeitos, ainda contam com homens de bem. Lembrai-vos de que os brasileiros estão hoje expiando os erros dos seus pais, tanto quanto os próprios erros. A sociedade foi mal formada nesta terra, desde suas raízes. [...] [p. 266] Não ousou afirmar que, como classe, os operários e tendeiros sejam superiores aos cavaleiros e aos grandes negociantes. [...] Mas o trabalho dá-lhes boa têmpera, e a pobreza defende-os, de algum modo, contra os maus costumes”. (p. 267)</p>

Quadro 2

Desdobramentos Políticos do Emocionalismo Passam de Positivos a Deletérios

- 1936** Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade. Isso explica bem como nos países latino-americanos, onde o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível.
- A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América. O Chile teve os decênios mais felizes de sua história sob o regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancar o país do perigo das ditaduras ou da anarquia, [p. 152] mediante um poder acentuadamente oligárquico. Ainda hoje a maior estabilidade e a relativa prosperidade da pequena república de Costa Rica entre as suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. A ideia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo aos seus destinos é dificilmente inteligível para a mentalidade dos povos da América Latina. (p. 153)
-
- 1948** ~~Entre nós, já o dissemos, É inegável que em nossa vida política o personalismo é pode ser em muitos casos uma noção força positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos e que ao seu lado os lemas da democracia [p. 275] liberal são parecem conceitos puramente decorativos ornamentais ou declamatórios, sem raízes profundas na realidade.~~
- Isso explica bem como, entre nós e, em geral, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal liberais, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurou-seado, com isso, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não teria seria sido possível.
- ~~A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América. O Chile teve Para os chilenos, os três decênios mais felizes de sua história sob do regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancarou o país do perigo das ditaduras ou da anarquia, mediante um poder acentuadamente oligárquico, ainda passam por ser os mais ditosos de sua história. E Ainda ainda hoje, a maior estabilidade e a relativa prosperidade da pequena república de Costa Rica entre as suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer de que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa, para a anarquia. A ideia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo aos seus destinos, é dificilmente inteligível para a mentalidade dos povos da América Latina. (p. 276)~~
-
- 1956** É inegável que em nossa vida política o personalismo pode ser em muitos casos uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade.
- Isso explica como, entre nós e, em geral, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não seria possível.
- Para os chilenos, os três decênios do regime inaugurado por Diego Portales, que arrancou o país do perigo da anarquia mediante um poder acentuadamente oligárquico, ainda passam por ser os mais ditosos de sua história. E ainda hoje, a maior estabilidade da pequena república de Costa Rica entre suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer de que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa, para a anarquia. A ideia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina. (p. 271)

Em 1936, a passagem apresenta a democracia liberal como inadequada ao país, por seu caráter decorativo, sem raízes profundas na realidade nacional e por se opor ao personalismo. Este, por sua vez, é descrito como uma noção positiva, “talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos”. A oligarquia também é louvada, sobretudo por se afinar com o personalismo dos latino-americanos e gerar estabilidade. Governos oligárquicos e personalistas foram alternativa à ditadura e à anarquia, capazes de levar o Chile a seus decênios mais felizes e explicar a estabilidade da Costa Rica.

Na segunda edição, o personalismo deixa de ser aplaudido incondicionalmente e passa a ser descrito como “força” que pode ser positiva “em muitos casos”. A estabilidade que ele propicia se torna apenas “aparente”, e os casos de estabilidade são qualificados como excepcionais – a regra é esses regimes serem um “disfarce grosseiro, não uma alternativa” à anarquia, como aparece em nova passagem acrescentada pelo autor. Cai da obra a aprovação ao personalismo como princípio fecundo no continente. O regime

de Diego Portales, por contraste, pode ser considerado ditadura – salvou o Chile apenas da anarquia, não da ditadura – e não mais gerou “os decênios mais felizes” da história chilena, mas apenas décadas “ditosas”.

Outro passo ajuda a entender como Holanda prescrevia para o Brasil um caminho singular e diferente da democracia liberal na edição de 1936 e como essa ambição se modificou no pós-guerra. No capítulo que fecha o livro, o autor originalmente critica os pensadores que deixam de levar em conta tradições históricas nas suas propostas para o Brasil. Eles visariam a criar “um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças” – passagem em linha com o argumento organicista, mencionando evolução e tratando a herança lusa como insuperável. O trecho é expurgado em 1948 (Quadro 3). O mesmo acontece com as linhas seguintes, que explicitam a rejeição de Holanda aos paradigmas liberais para o julgamento “do nosso atraso ou de nosso progresso”.¹¹

Quadro 3

Menção à Impossibilidade de Superar Tradições Portuguesas É Expurgada

1936

Esse imperador, que alguém comparou finamente a um pastor protestante oficiando em templo católico, parece-se, por muitos traços de sua figura, àqueles positivistas de que antes se tratou. [...] Os nossos teóricos e sábios falam, ainda hoje, a mesma linguagem de há cinquenta ou cem anos, apenas com outras palavras. Assim os pensamentos e os conselhos que eles nos servem visariam criar, ao termo de nossa evolução, um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças. O prestígio moderno e provavelmente efêmero das superstições liberais e protestantes parece-lhes definitivo, eterno, indiscutível e universal; elas valem como paradigma para julgarem do nosso atraso ou de nosso progresso. (p. 128)

1948

Esse imperador, que alguém comparou **finamente** a um pastor protestante oficiando em templo católico, **parece-se, por muitos traços de sua não é, em verdade, uma** figura **ímpar no Brasil da segunda metade do século XIX. Por muitos dos seus traços pode mesmo comparar-se, àqueles** aos positivistas de que antes se tratou. [...] **Os nossos teóricos e sábios falam, ainda hoje, a mesma linguagem de há cinquenta ou cem anos, apenas com outras palavras. Assim os pensamentos e os conselhos que eles nos servem visariam criar, ao termo de nossa evolução, um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças. O prestígio moderno e provavelmente efêmero das superstições liberais e protestantes parece-lhes definitivo, eterno, indiscutível e universal; elas valem como paradigma para julgarem do nosso atraso ou de nosso progresso.** (p. 245)

1956

Esse imperador, que alguém comparou a um pastor protestante oficiando em templo católico (**nota 176**), não é, em verdade, uma figura ímpar no Brasil da segunda metade do século XIX. Por muitos dos seus traços pode mesmo comparar-se aos positivistas de que antes se tratou. (p. 240)

Complementando o giro de 180 graus na avaliação do personalismo, Holanda reviu seu argumento em outros momentos do ensaio. Já no capítulo 1, os obstáculos à cooperação autêntica passam em 1948 a ser diretamente vinculados ao personalismo, como se observa pelo acréscimo de novas linhas ao trecho destacado no Quadro 4. Também muda o ponto de vista a partir do qual a “atrofia” das qualidades ordenadoras e racionalizadoras do brasileiro é julgada. Em 1936, essa falta é condenável “de acordo com os princípios modernos”, em um julgamento do qual o

autor guarda alguma distância. Na segunda edição, é excluído o aposto final e a avaliação negativa passa a ser peremptória. O trecho também exemplifica a revisão da abordagem organicista que domina a primeira edição: a sociedade colonial brasileira deixa de ser retratada como “organismo amorfo e invertebrado” e passa a ser “um todo incoerente e amorfo”.

Já foi observado que Sérgio Buarque de Holanda deu sinais de não estar satisfeito com *Raízes do Brasil* por décadas, daí suas seguidas revisões e seu desconforto ao falar da obra em diferentes ocasiões (Eugênio,

Quadro 4

Em 1948, Emocionalismo É Diretamente Relacionado com a Incapacidade para Cooperação

-
- 1936** Nossa sociedade era, assim, um organismo amorfo e invertebrado, apenas revolvido aqui e ali, frequentemente, pelas lutas entre facções, entre regionalismos e entre famílias poderosas, que se disputavam a preeminência ou que tinham contas a ajustar. Nesses casos, havia agregação fundada em emoções e sentimentos comuns, mas que desapareciam prontamente, apenas se tornassem supérfluos os laços que associavam momentaneamente os homens. Assim, o peculiar da vida brasileira por essa época parece ter sido uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do passional, [p. 32] do irracional, e uma estagnação, ou antes um afrouxamento correspondente das qualidades ordenadoras, discriminadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que poderia convir a uma população em vias de se organizar politicamente, de acordo com os princípios modernos. (p. 33)
-
- 1948** Em uma sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoas a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. Nossa sociedade era, assim, um organismo amorfo e invertebrado, apenas revolvido aqui e ali, frequentemente, pelas lutas entre facções, entre regionalismos e entre famílias poderosas, que se disputavam a preeminência ou que tinham contas a ajustar. Nesses casos, havia agregação fundada em emoções e sentimentos comuns, mas que desapareciam prontamente, apenas se tornassem supérfluos os laços que associavam momentaneamente os homens. Assim, O peculiar da vida brasileira por essa época parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do passional, do irracional, e uma estagnação, ou antes uma atrofia afrouxamento correspondente das qualidades ordenadoras, discriminadoras disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que poderia parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente, de acordo com os princípios modernos. (p. 68)
-
- 1956** Em uma sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoas a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do [p. 66] afetivo, do passional, do irracional, e uma estagnação, ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (p. 67)
-

2011; Feldman, 2016). Uma alteração na edição de 1956 sugere que o autor pode não ter ficado completamente satisfeito com as metamorfoses relativas à herança ibérica introduzidas na segunda edição. O

Quadro 5 ilustra como a proposta expressa nas primeiras páginas da obra original, de investigar até que ponto poderemos “alimentar no nosso ambiente um tipo próprio de cultura”, sobreviveu em 1948. Só na

Quadro 5

Primeiro Parágrafo do Ensaio Foi Modificado Superficialmente em 1948 e Profundamente Em 1956

1936	<p>Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile. Trazendo de países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa própria terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar até à perfeição o tipo de cultura que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça participa fatalmente de um estilo e de um sistema de evoluções naturais a outro clima e a outra paisagem. Assim, antes de investigar até que ponto poderemos alimentar no nosso ambiente um tipo próprio de cultura, cumpriria averiguar até onde representamos nele as formas de vida, as instituições e a visão do mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos. (p. 3)</p>
1948	<p>Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile. Trazendo de países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos <u>ainda</u> uns desterrados em nossa própria terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar até à perfeição o tipo de cultura que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça <u>participa parece participar</u> fatalmente <u>de um estilo e</u> de um sistema de <u>evoluções naturais a evolução natural de</u> outro clima e <u>a de</u> outra paisagem. Assim, antes de investigar até que ponto poderemos alimentar no nosso ambiente um tipo próprio [p. 15] de cultura, cumpriria averiguar até onde representamos nele as formas de vida, as instituições e a visão do mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos. (p. 16)</p>
1956	<p><u>A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências.</u> Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile. Trazendo de países distantes as nossas formas de <u>vidaconvívio</u>, nossas instituições, <u>e nossa visão de mundo</u> <u>nossas ideias</u>, e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos <u>ainda hoje</u> uns desterrados em nossa própria terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar <u>até à</u> perfeição o tipo de <u>cultura civilização</u> que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça <u>parece participar fatalmente</u> de um sistema de evolução <u>natural próprio</u> de outro clima e de outra paisagem. Assim, antes de <u>investigar perguntar</u> até que ponto <u>poderemos alimentar no nosso ambiente um tipo próprio de cultura</u> <u>poderá alcançar bom êxito a tentativa</u>, <u>cumpriria caberia</u> averiguar até onde <u>representamos nele as formas de vida, as instituições e a visão do mundo</u> <u>temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias</u> de que somos herdeiros <u>e de que nos orgulhamos</u>. (p. 15)</p>

terceira edição o trecho é substancialmente revisto: o objetivo perde os ares de missão – com a troca do verbo investigar por perguntar – e desaparece o orgulho pela herança ibérica. Trata-se da comentada revisão do parágrafo inicial do ensaio, relativo ao desterro que atingiria os brasileiros, que se torna menos ambíguo e mais dramático após as duas rodadas de alterações.

As revisões que atingem em cheio o organicismo, um dos pilares conceituais do *Raízes do Brasil* original, merecem discussão detalhada. Na primeira edição, o autor deixa patente sua vinculação com a macrovisão que aplica noções da biologia à vida social, assemelhando a sociedade a um organismo vivo que experimenta processos de maturação, evolução e desenvolvimento natural. Corriqueira entre pensadores brasileiros até a década de 1930, na Europa a metáfora orgânica foi portadora de reação romântico-conservadora ao iluminismo, ao racionalismo e ao utilitarismo (Mannheim, 1986; Lamounier, 2006). No ensaio de 1936, o organicismo é a base para a crítica ao idealismo, entendido como a aplicação de ideias sem levar em conta as condições concretas e culturais. Esse é um dos eixos que articulam toda a obra, aproximando seu autor dos pensadores que desde o Império apontam a distância entre o Brasil real e o Brasil legal, a exemplo do Visconde do Uruguai, de Alberto Torres e, sobretudo, de Oliveira Vianna.

Para Eugênio (2011, p. 37), as modificações do pós-guerra representaram uma “atenuação” do organicismo. A expressão escolhida parece, ela mesma, atenuadora, quando se leva em conta a profundidade das alterações que atingiram o texto neste aspecto. A principal delas foi o virtual apagamento das características promissoras da herança ibérica para a personalidade do brasileiro, central na edição *princeps*. Antes o homem cordial seria a contribuição brasileira à civilização. A espontaneidade e o emocionalismo eram louvados por se contraporem ao ultrarracionalismo, à burocratização da vida, ao utilitarismo e à civilidade, ainda que tivessem representado obstáculo à construção de uma esfera pública semelhante à de países como Inglaterra e Estados Unidos. A partir da segunda edição, os traços de personalidade gravados desde a colonização são obstáculo a ser aniquilado. Tudo considerado, a presença do organicismo nas edições seguintes parece mais bem descrita como uma sobrevivência do que como uma atenuação.¹²

Confirmação disso diz respeito ao objetivo declarado para a obra. A edição de 1936 deixa claro que se está à procura do “caráter nacional” brasileiro. Empreitada intelectual comum à época do texto original, ela vai além do ensaio histórico sobre a formação nacional e busca mapear traços duradouros de personalidade comuns a uma nacionalidade e com consequências para a estrutura da sociedade e da política. Na edição *princeps*, esse programa mostra-se no próprio encadeamento do argumento – Holanda trata da colonização, investiga a herança ibérica e as marcas que deixou no “temperamento nacional” e, a partir daí, discute sua compatibilidade com instituições sociais e políticas. Uma alteração explícita no capítulo 7 (“Nossa revolução”) indica que o autor reviu esse objetivo para a segunda edição. Trecho do último capítulo em que o autor destaca a importância do “exame dos fundamentos antropológicos da sociedade para a compreensão das doutrinas do Estado” é suprimido nas edições seguintes.

Há outro sinal do novo espírito atribuído ao livro pouco adiante, em passagem contemplada no Quadro 10. Originalmente Holanda sustenta que são apenas aparentes as coincidências entre os ideais da democracia e “a atitude que se tentou definir como peculiar ao nosso povo” (p. 155), em uma referência à sua descrição anterior do personalismo. Na segunda edição, o segundo polo da comparação transforma-se em “o comportamento social que se tentou definir como tradicionalmente peculiar ao nosso povo” (pp. 278-279, grifos meus). Sai uma expressão carregada de conteúdo psicológico (atitudes) e entra outra observável (comportamento social), e a peculiaridade do brasileiro agora ganha advérbio que restringe seu significado e deixa de estar ligada à ideia de essência.

É possível especular sobre motivações para o abandono da busca de traços do caráter nacional. Além da mudança geral no espírito do tempo, houve críticas diretas à noção de caráter nacional após a Segunda Guerra Mundial. Os estudos sobre o caráter de diferentes nações floresceram como parte do esforço de guerra para decifrar os inimigos e conhecer suas supostas fraquezas (Neiburg e Goldman, 1998). No Brasil, no final dos anos de 1940, o conceito já era criticado na mesma Universidade de São Paulo em que Holanda passou a traba-

lhar. Roger Bastide, então professor de sociologia da Faculdade de Filosofia de São Paulo, publicou em francês artigo em que sustenta a inconsistência sociológica do conceito de “caráter nacional” (Bastide, 1948). Dante Moreira Leite já qualificava textos sobre a nacionalidade brasileira como ideologia, no sentido marxista, e desenvolvia argumentos que apareceriam na crítica frontal a *Raízes do Brasil* presente em sua tese, de 1954 (Leite, 1959).¹³

Em outra passagem, no capítulo final, o texto da edição *princeps* explicitamente condena a Declaração dos Direitos do Homem por reunir concepções abstratas, descoladas da vida. “O grande pecado do século passado foi justamente o ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e dos conceitos”, diagnostica. “Nesse pecado é que se apoiam todas as revoluções modernas, quando pretendem fundar os seus motivos em concepções abstratas como os famosos Direitos do Homem. Sobrestimaram-se as ideias, que usurparam decididamente um lugar excessivo na existência humana” (Holanda, 1936, p. 146). O argumento e a descrição de alguns de seus desdobramentos concretos são suprimidos para a segunda edição.

No primeiro cenário, Buarque trabalha com a oposição entre vida (compreendida como essência, instinto e sentimento) e espírito (ideias e abstrações), mostrando afinidade com autores antiliberais alemães das primeiras décadas do século XX. Waizbort (2011, p. 53) o aproxima do irracionalismo de raízes românticas e conservadoras ao observar que a citação de Nietzsche que servia de epígrafe ao capítulo 7 foi expurgada das edições seguintes. Para o comentador, tratava-se de um chamamento à essência do brasileiro, em contraposição à importação de um dever “alienígena” personificado na democracia. No formato popularizado do livro, Holanda aponta as distorções em princípios inicialmente louváveis como fruto da ação das elites locais, que as transformam em instrumentos de práticas nocivas.

Cordialidade

Tratada como componente do emocionalismo, a cordialidade tem discussão específica no ensaio e é mais claramente ressignificada em duas passagens. O Quadro 6 revela a maneira pela qual a caracterís-

tica de personalidade, descrita como traço indelével no texto original – “aspecto bem definido do caráter nacional” –, ganha um condicionante temporal que transforma sua longevidade função da durabilidade dos padrões coloniais de convívio. Também é acrescida pelo autor nota esclarecendo que a expressão “cordial” deve ser tomada “em seu sentido exato e estritamente etimológico”, qual seja, o de traço de personalidade ligado ao coração. Holanda sustenta que o esclarecimento seria até dispensável não fosse o entendimento diverso sobre o conceito apresentado por Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste*, de 1940. Na segunda versão de *Raízes do Brasil*, o nome de Ribeiro Couto foi retirado do texto principal e incluído na nota.¹⁴ “A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado”, afirma o autor, em um dos trechos mais desconcertantes do esclarecimento (Holanda, 1948, p. 214).

A nota não encerrou o assunto, que voltou a ser discutido em troca de cartas públicas entre os dois autores. Na edição de 1956, foram incluídas no volume a carta de Cassiano Ricardo publicada no número 3 da revista *Colégio* (Variações sobre o homem cordial), em julho de 1948, e a carta-resposta de Holanda, publicada no mesmo veículo dois meses depois. Nela, o autor de *Raízes do Brasil* sustenta que aquilo que parece uma ressignificação do conceito de homem cordial seria na verdade “uma ampliação”, não “uma retratação” (Holanda, 1956, p. 313).

Em outro passo do ensaio, a revisão da noção de cordialidade é até mais flagrante. Na edição de 1936, lê-se na página 157: “Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios”; reescrito para a segunda edição, o trecho fica com a seguinte redação: “Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios”. É claro o aumento de polissemia gerado pela exclusão do apostro explicativo entre vírgulas (“a bondade”), que sugeria que as duas expressões eram sinônimas, como apontou outro comentador (Feldmann, 2013). Polissemia, aqui, não é palavra usada ao acaso. Em passagens não modificadas pelo autor nas revisões resiste a associação entre cordialidade e bondade, estando o exemplo mais marcante em um trecho do último capítulo:

Quadro 6

Alterações Levam Cordialidade, Antes Traço Duradouro, a Ser Localizada No Tempo

-
- 1936** O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz, quando disse que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam, formam um aspecto bem definido do caráter nacional. Seria engano supor que no caso brasileiro, essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico e transbordante. (p. 101)
-
- 1948** ~~O escritor Ribeiro Couto teve uma~~ Já se disse, numa expressão feliz, ~~quando disse~~ que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial” (nota 1). A lhaneza no trato, a hospitalidade, a gene[p. 213]rosidade, virtudes tão gabadas ~~por pelos~~ estrangeiros que nos visitam, ~~formam representam, com efeito,~~ um aspecto traço bem definido do caráter ~~nacional brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal~~. Seria engano [p.214] supor que ~~no caso-brasileiro,~~ essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo ~~emocional emotivo~~ extremamente rico e transbordante. (p. 215)
-
- 1956** Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial” (nota 1). A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de [p. 209] convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (p. 210)
-

Além disso, as ideias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção de bondade natural combina-se singularmente com nosso já assinalado “cordialismo”. A tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos há de parecer-nos, ao contrário, extremamente antipática e desconcertante. E é aqui que o nosso “homem cordial” encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal (Holanda, 1948, p. 278).

Se a inimidade também é cordial, adotado o sentido etimológico da palavra, por que o combate de todos contra todos deveria parecer antipático e desconcertante? Metamorfoses como essas ajudam a entender a origem de parte das perplexidades de intérpretes de *Raízes do Brasil*.

Democracia liberal

A edição do pós-guerra é prolífica em exemplos de reavaliação do arranjo político desejável para o país. A metamorfose mais flagrante diz respeito à adequação da democracia liberal: no texto original, essa forma de governança é incompatível com o caráter nacional brasileiro, mas após a Segunda Guerra Mundial ela faz parte da modernidade a ser perseguida. Rastrear como essa mudança percorre diferentes capítulos do ensaio serve para ilustrar como Holanda tinha fios condutores bem definidos na revisão que fez do volume.

No capítulo 4 original (continuação de “O passado agrário”), ao tratar da genealogia de nosso particularismo, Holanda remonta à família colonial e seus laços afetivos, cuja influência acompanhava os indivíduos para além do domicílio, fazendo com que dessem precedência à entidade privada diante da pública. Como resultado, predominavam na vida social os sentimentos da vida doméstica, par-

Quadro 7

Adaptação Difícil da Democracia à Sociedade Brasileira É Cortada do Texto a Partir da 2ª edição

1936	Representando – como já notamos – o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da submissão. Resultava dessa circunstância um predomínio quase exclusivo, em todo o mecanismo social, dos sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela Família. Explicam-se largamente, com isso, a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático, de que se tratará adiante e também os obstáculos, já assinalados ao início do capítulo precedente, que se ergueram contra a formação de um aparelhamento burocrático eficiente entre nós. (p. 89)
1948	Representando, como já notamos – se notou acima , o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do [p. 105] poder, da respeitabilidade, da obediência e da submissão coesão entre os homens . Resultava dessa circunstância um predomínio quase exclusivo . O resultado era predominarem, em todo o mecanismo em toda a vida social, dos sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela Família. Explicam-se largamente, com isso, a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático, de que se tratará adiante e também os obstáculos, já assinalados ao início do capítulo precedente, que se ergueram contra a formação de um aparelhamento burocrático eficiente entre nós. (p. 106)
1956	Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela Família. (p. 103)

ticularista e antipolítica. O argumento tem significados distintos conforme a ideia geral que lhe serve de moldura (Quadro 7). No enquadramento de 1936, o trecho está em linha com os alertas contra a tentação de trazer construções institucionais exógenas; na edição de 1948 e nas seguintes, a passagem soa como denúncia contra o particularismo e a cordialidade.

Igualmente notável é o fato de o arremate do parágrafo ter sido suprimido. No original, familismo e particularismo explicariam “nossa adaptação difícil ao Estado democrático”. O trecho foi cortado nas demais edições. O expurgo deixou ao menos um contemporâneo falando sozinho: em *A ordem privada e a organização política nacional*, lançado em 1939, Nestor Duarte questiona a “adaptação difícil” à democracia vista por Holanda, como discutirei em detalhe mais adiante.

No capítulo 5 (“O homem cordial”), a democracia só é tematizada lateralmente, mas há lugar

para uma alteração sutil. A troca de uma letra representa mudança no modo verbal e altera o julgamento sobre a democracia. Em 1936, ao tratar do transbordamento das relações familiares para outras esferas sociais, Holanda sustenta que isso ocorre “mesmo onde as instituições democráticas [...] pretendam assentar a sociedade em normas antiparticularistas” (Holanda, 1936, p. 101). O verbo no subjuntivo lança dúvida sobre o objetivo das instituições democráticas. Em 1948, o modo verbal é passado para o indicativo – “pretendem” (Holanda, 1948, p. 213) – e deixa de haver incerteza sobre o caráter do arranjo democrático.

As mudanças mais destacadas neste tema começam no penúltimo capítulo (“Novos tempos”). Na sempre lembrada passagem que qualifica a democracia no país como mal-entendido, alterações pontuais na frase mudam o sentido do que é afirmado. Em 1936, a situação descrita é a de uma aristocracia que se acomoda às leis da democracia, sistema

transplantado “completo” para o país; na edição seguinte, é a democracia que se acomoda aos privilégios da aristocracia e a palavra “completo” é substituída por “complexo” (Quadro 8). Também é incluída a ideia de que as condições da vida brasileira impuseram mudanças à transposição do sistema democrático, uma e outra alterações sugerindo que o sistema democrático foi desvirtuado e implantado apenas parcialmente no Brasil. De forma geral, a crítica à importação de fórmulas da primeira edição,

que se dá em termos universais e tendo como alvo o próprio cerne das ideias, converte-se nas edições seguintes em oposição à maneira como os princípios liberais – agora, defensáveis – foram interpretados e implantados em países ibero-americanos.

No capítulo final, há dois conjuntos de alterações. O primeiro aparece após Holanda condenar o idealismo desenraizado de pensadores e políticos brasileiros, considerando que foi a crença na importação de modelos que levou as nações ibero-ameri-

Quadro 8

Conjunto de Revisões Revê Forma como Democracia Foi Transplantada para o Brasil

1936	Trouxemos de terras estranhas um sistema completo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam à vida brasileira. Na verdade a ideologia impessoal e anti-natural do liberalismo democrático, com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas, jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios, até onde eles coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando o nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratarmos com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodar-se como lhe fosse possível às suas leis, que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia europeia contra os aristocratas, e isso só porque essas leis pareciam as mais acertadas para a época e eram exaltadas nos livros e nos discursos. (p. 122)
1948	Trouxemos de terras estranhas um sistema completo <u>complexo</u> e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às <u>condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam</u> . Na verdade a ideologia impessoal e anti-natural do liberalismo democrático, com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas , jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios, até onde eles coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando o nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar <u>tratar-mos</u> com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde ar-se como lhe fosse possível, às suas leis aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, justamente a bandeira de combate da burguesia europeia o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas, <u>E assim puderam incorpo</u> [p. 238] <u>rar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que</u> , e isso só porque essas leis pareciam <u>as os</u> mais acertadas <u>acertados</u> para a época e eram exaltadas <u>exaltados</u> nos livros e nos discursos. (p. 239)
1956	Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade a ideologia [p. 233] impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios, até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (p. 234)

canas a adotarem os ideais da Revolução Francesa. Na edição *princeps*, o autor critica a difusão da ideia de liberdade (e, secundariamente, a de igualdade) por terem sido esses princípios tomados “como fins em si”, em lugar de meios para atingir a felicidade dos homens. Na edição de 1948 e nas seguintes, linhas acrescentadas ao trecho mudam seu espírito: o problema com esses conceitos é seu esvaziamento substantivo na migração para a América, de forma

a se adaptarem aos “velhos padrões patriarcais e coloniais”. Ainda mais decisiva é a supressão da afirmação de que o sistema de ideias liberais contrasta “em absoluto” com “o que há de mais positivo em seu [do americano] temperamento” (Quadro 9).

Além disso, uma série de pequenas adaptações no trecho completam a reavaliação da democracia. Em 1936, ela é descrita como “ideologia impessoal e antinatural”, em um contexto em que o impessoal

Quadro 9

Crítica a Princípios da Revolução Francesa se Tornam Crítica à Forma como Foram Adotados na América

1936	Foi essa crença que presidiu a toda história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. As rebeliões que desligaram esses povos das metrópoles adotaram como base das suas cartas políticas os princípios da Revolução Francesa então na ordem do dia, pelos mesmos motivos que ainda hoje levam certos povos coloniais e semi-coloniais a contemplarem com unção os ideais apregoados pela Terceira Internacional. A palavra “liberdade”, que inicialmente deveria ter um sentido restrito, delimitando as aspirações de emancipação política, valeria, ao cabo, em toda a extensão de seu significado. Impôs-se com um prestígio verdadeiramente mágico e por um processo psicológico semelhante ao que transforma em tirânicas exigências certos princípios originados por necessidades concretas precisas (nota 51). [p. 148] E dessa forma os povos de nossa América foram levados a enaltecer um sistema de ideias que contrastava em absoluto com o que há de mais positivo em seu temperamento e que, bem compreendido, levaria à total despersonalização. (p. 149)
1948	Foi essa crença, <u>inspirada em parte pelos ideais da Revolução Francesa</u>, que presidiu a toda a história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. As rebeliões que desligaram esses povos das metrópoles <u>Emancipando-se da tutela das metrópoles europeias, cuidaram elas em</u> adotar, am como base das de suas cartas políticas, os princípios da Revolução Francesa então <u>que se achavam então</u> na ordem do dia, pelos mesmos motivos que ainda hoje levam certos povos coloniais e semi-coloniais a contemplarem com unção os ideais apregoados pela Terceira Internacional. <u>As palavras mágicas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos, muitas vezes, em tentar levar às suas conseqüências radicais alguns daqueles princípios.</u> A palavra ‘liberdade’, que inicialmente deveria ter um sentido restrito, delimitando as aspirações de emancipação política, valeria, ao cabo, em toda a extensão de seu significado. Impôs-se com um prestígio verdadeiramente mágico e por um processo psicológico semelhante ao que transforma em tirânicas exigências certos princípios originados por necessidades concretas precisas (nota 51). E dessa forma os povos de nossa América foram levados a enaltecer um sistema de ideias que contrastava em absoluto com o que há de mais positivo em seu temperamento e que, bem compreendido, levaria à total despersonalização. (p. 268)
1956	Foi essa crença, inspirada em parte pelos ideais da <u>Revolução</u> revolução Francesa, que presidiu toda a história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. Emancipando-se da tutela das metrópoles europeias, cuidaram elas em adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos [p. 263] velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos, muitas vezes, em tentar levar às suas conseqüências radicais alguns daqueles princípios. (p. 264)

tinha valência negativa; em 1948, “antinatural” é retirado da frase e a qualificação como impessoal, considerado o novo contexto amplo da obra, passa a ter sentido positivo, de contraposição ao que é personalista ou particularista. A supressão do apostro “com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas”, associado ao liberalismo democrático, faz o restante do serviço.

A metamorfose é consumada com um bloco de alterações entre as páginas 153 e 156, em que uma série de justaposição de opostos é aplainada em prol de uma visão favorável da democracia (Quadro 10). Nesta altura, o texto original reafirmava que a adoção da democracia resultou de mal-entendido, sustentava que suas coincidências com o caráter brasileiro se verificam em pontos negativos ou menos consistentes e criticava a ideia de que ao votar o povo não erra. Holanda expurga todas essas passagens em 1948. Isso faz com que a ideia de mal-entendido soe desconcertante, as confluências do caráter brasileiro com a democracia passem a ter consistência e perca força a alusão negativa ao utilitarismo embutido no sistema representativo.

Como outra face dessa moeda emerge na revisão do pós-guerra uma nova imagem para os regimes oligárquicos e autocráticos. O personalismo é interpretado em chave positiva no texto original, o que dá ares de prescrição à associação dele com governos autoritários. Nas edições posteriores, trechos semelhantes soam como crítica adicional ao personalismo, que favoreceria governos autocráticos. Aqui vale lembrar também este componente do Quadro 2, com sua reavaliação do personalismo e da oligarquia, considerada prolongamento dele no espaço e no tempo.

O significado do desfecho de *Raízes do Brasil*

Na primeira seção, visitamos algumas das principais tensões de *Raízes do Brasil*, cujo perspectivismo permite leituras múltiplas desde a versão original. A segunda seção apresentou pontos em que as revisões de Sérgio Buarque de Holanda mudaram substancialmente argumentos fundamentais do ensaio, numa operação em alguma medida facilitada por este perspectivismo. Cabe agora discutir como

as contraposições originais e as alterações no texto impactam a compreensão sobre o fecho da obra e sua proposição central – o estatismo orgânico.

Argumento neste estudo que as alterações na redação no pós-guerra dificultaram a identificação da ideia central original da obra. Em grande medida, no entanto, os trechos cruciais para a compreensão dessa proposição permaneceram intocados pelas revisões do autor. É o realinhamento amplo do ensaio que gera entendimentos diferenciados das mesmas passagens decisivas, em especial do último parágrafo do livro. É nele que Holanda resolve parte fundamental das tensões levantadas ao longo da obra, ao prescrever a composição entre Estado protagonista e o caráter nacional brasileiro “em contraponto”. Estamos diante de versões em que são as premissas que vão dar sentido à conclusão e não o contrário. Por conta disso, discuto detidamente nesta seção as bases para esta interpretação e como o conhecimento sobre as alterações pontuais no texto pode ajudar na sua decifração.

Aproximando-se do desfecho do livro, Holanda trata das relações entre Estado e família. Na interpretação hoje prevalecente, baseada no texto principal consolidado em 1956, o transbordamento da família para a vida pública, contaminando com relações pessoais o que deveria ser impessoal, precisa ser atacado pelo Estado, transcendência que tem o papel histórico de recriar nossa civilidade. Nessa perspectiva, dois trechos são regularmente citados: o discutido no Quadro 7 e a seguinte passagem do capítulo sobre o homem cordial:

O Estado, ao contrário do que presumem alguns teóricos, não constitui uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particulares, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção entre essas duas formas é um prejuízo romântico e que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século décimo-nono. Para esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da Família e de outras formas particularistas. A verdade, bem

Quadro 10

Debate sobre Adequação da Democracia ao país Dá Lugar a Visão Favorável

1936

De tudo isso resulta uma confirmação do que se vem dizendo aqui sobre a adoção das fórmulas democráticas no Brasil e em outros países do continente, a saber que ela resultou simplesmente de um mal-entendido. É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando em realidade lutamos por um personalismo ou contra outro. [...]

Apesar de tudo não é justo aprofundar-se sem apelo nossa incompatibilidade absoluta com o democratismo liberal. Não seria mesmo difícil acentuarem-se certas zonas de confluência e de simpatia entre as ideias que ele apregoa e certos fenômenos decorrentes das condições peculiares de nossa formação nacional. Pode [p. 153] riam citar-se dois fatores que teriam particularmente militado em prol da eleição do ideal liberalismo [sic] de parte dos responsáveis por nossa orientação política. São eles: [...]

Pode ver-se, em todo caso, que essas ideias e os móveis instintivos do povo coincidiram aqui de preferência no que apresentavam, ambos ou um deles, de negativo ou de menos consistente. Mas além disso as ideias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural do homem combina singularmente com o nosso já assinalado “cordialismo”. [...] [p. 154]

E o mais grave é que a própria coincidência notada entre os ideais que ele [o liberalismo] apregoa e a atitude que se tentou definir como peculiar ao nosso povo é, no [p. 155] fundo, mais aparente do que real. Todo o pensamento liberal-democrático pode ser resumido na frase célebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Não é difícil perceber-se que essa ideia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano de base emocional. [...] O ideal humanitário, que na melhor das hipóteses ela [a democracia] predica, é paradoxalmente impessoal; sustenta-se na ideia absurda de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens e, por isso mesmo, insiste na excelência, na infalibilidade, na intangibilidade do voto da maioria (“o povo não erra”, pretendem os declamadores liberais), subordinando assim, sub-repticiamente, os ideais qualitativos à quantidade. (p. 156)

1948

~~De tudo isso resulta uma confirmação do que se vem dizendo aqui sobre a adoção das fórmulas democráticas no Brasil e em outros países do continente, a saber que ela resultou simplesmente de um mal-entendido.~~ É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando em realidade lutamos por um personalismo ou contra outro. [...] [p. 277]

Apesar de tudo não é justo aprofundar-se sem apelo nossa incompatibilidade absoluta com ~~o democratismo liberal os ideais democráticos~~. Não seria mesmo difícil acentuarem-se ~~certas~~ zonas de confluência e de simpatia entre ~~as ideias que ele apregoa esses ideais~~ e certos fenômenos decorrentes das condições ~~peculiares~~ de nossa formação nacional. Poderiam citar-se ~~dois três~~ fatores que teriam particularmente militado em ~~prol da eleição do ideal liberalismo de parte dos responsáveis por nossa orientação política seu favor, a saber~~. São eles: [...]

~~Pode ver-se, em todo caso, que essas ideias e os móveis instintivos do povo coincidiram aqui de preferência no que apresentavam, ambos ou um deles, de negativo ou de menos consistente. Mas~~ Além disso as ideias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural ~~do homem~~ combina ~~se~~ singularmente com o nosso já assinalado “cordialismo”. [...]

E o mais grave é que a própria coincidência notada entre os ideais que ele [o liberalismo] apregoa e ~~a atitude o compor~~ [p. 278] ~~tamento social~~ que se tentou definir como ~~tradicionalmente~~ peculiar ao nosso povo é, no fundo, mais aparente do que real. Todo o pensamento liberal-democrático pode ~~ser~~ resumido ~~se~~ na frase célebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Não é difícil perceber ~~se~~ que essa ideia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano de base ~~emocional emotiva~~. [...] O ideal humanitário, que na melhor das hipóteses ela [a democracia] predica, é paradoxalmente impessoal; sustenta-se na ideia ~~absurda~~ de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens ~~e, por isso mesmo, insiste na excelência, na infalibilidade, na intangibilidade do voto da maioria (“o povo não erra”, pretendem os declamadores liberais)~~, subordinando assim, ~~sub-repticiamente~~, os ideais qualitativos à quantidade. (p. 279)

- 1956 É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos [p. 271] por um personalismo ou contra outro. [...]
- Apesar de tudo não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos. Não seria mesmo difícil acentuarem-se zonas de confluência e de simpatia entre esses ideais e certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional. Poderiam citar-se três fatores que teriam particularmente militado em seu favor, a saber: [...] [p. 272]
- Além disso as ideias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural combina-se singularmente com o nosso já assinalado “cordialismo”. [...]
- E o mais grave é que a própria coincidência notada entre os ideais que ele [o liberalismo] apregoa e o comportamento social que se tentou definir como tradicionalmente peculiar ao nosso povo é, no fundo, mais aparente do que real. Todo o pensamento liberal- [p. 273] democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Não é difícil perceber que essa ideia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano de base emotiva. [...] O ideal humanitário que na melhor das hipóteses ela predica é paradoxalmente impessoal; sustenta-se na ideia de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens, subordinando, assim, os ideais qualitativos à quantidade. (p. 274)

outra, é que tais formas pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela superação da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e é que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo nítido do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóteses, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar em sua forma pura é abolida por uma transcendência (Holanda, 1936, p. 94)

Pelo valor de face, o trecho parece desafiar meu entendimento sobre o estatismo orgânico na edição *princeps*, sugerindo que uma oposição irreconciliável entre Estado e emocionalismo está presente desde a versão original e não foi introduzida pelas revisões. Aí aparece com todas as letras a afirmação de que entre Estado e família há “descontinuidade e até uma oposição” e de que o primeiro representa “um triunfo nítido do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo”. Só pela “superação” da ordem familiar é que o indivíduo “se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as leis da Cidade”. Eugênio (2011, p. 138) é um dos

intérpretes que entendem ordem familiar como sinônimo de ordem natural – expressão que aparece no parágrafo que fecha o ensaio, quando Holanda discute a possibilidade de conciliar afetividade exacerbada e ação estatal.

Em que pesem as armadilhas que toda exegese tem de enfrentar, acredito que quatro argumentos atuem na defesa de minha interpretação. Em primeiro lugar, o trecho refere-se à oposição entre Estado e ordem familiar, e não entre Estado e “ordem natural” – que acima resumi na expressão emocionalismo. A primeira oposição é apresentada como insuperável, mas é diferente da oposição entre Estado e “ordem natural” que aparece no desfecho da obra, pois essa tem meios de “resolver-se”, como discutirei mais detalhadamente adiante. Digo isso para sustentar que “ordem familiar” e “ordem natural” têm pontos em comum, mas não são sinônimos para o autor. Pela argumentação de Holanda em qualquer das versões da obra, podemos entender que emocionalismo e familismo têm semelhanças, como o fato de fazerem parte da vivência ibérica, terem se enraizado durante a colônia e envolverem o predomínio dos laços pessoais na sociedade. No entanto, eles não ocupam o mesmo lugar no universo do autor: enquanto o primeiro é resultado da investigação sobre a psicogênese da realidade brasileira, o segundo está imerso na pesquisa de sua sociogênese, para usar o jargão sintético de outro

comentador (Waizbord, 2011, p. 41). O emocionalismo é descrito como traço do caráter nacional e está relacionado com a estrutura psicológica do brasileiro. O familismo tem a ver com a estrutura social do país, como indica o rastreamento de suas transformações ao longo da história, empreendido em diferentes capítulos do livro. No passo destacado acima, Holanda expressamente se contrapõe a românticos oitocentistas que trataram da família, não do emocionalismo. Em síntese, dentro da lógica do autor é possível pensar em um Estado informado pela afetividade – um Estado personalista –, mas não em um Estado familista.

Em segundo lugar, os enquadramentos das várias versões permitem ler o trecho diferentemente em cada uma. Em 1936, o leitor pode ser atraído pela ênfase na noção de “descontinuidade” entre o Estado e a família, com a ideia de conflito aparecendo em meio-tom – tanto que o autor usa a expressão “e até oposição”, com o advérbio sugerindo que esta é uma possibilidade extrema. Nas edições seguintes, a noção de conflito tende a ganhar força por conta da forma como toda a herança ibérica, na qual se inscreve o familismo, é rechaçada.

O terceiro ponto envolve a troca de uma palavra para a edição de 1956. O texto original trazia: “Só pela *superação* da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e é que o simples indivíduo se faz cidadão...” (grifo meu). Na terceira edição, “superação” virou “transgressão”. É temerário especular sobre as intenções do autor ao substituir uma palavra por outra, mas é certo que não as considerava equivalentes, caso contrário não teria feito a troca. Do ponto de vista do leitor, parece inegável que o substantivo transgressão envolve carga conflituosa mais elevada do que superação. Em dicionários como o Houaiss, transgressão tem sinônimos como “violação” e “infração”; superação é assemelhada a “vitória”, “sobrepajamento”, “ato de elevar-se acima”. Além disso, o uso de “superação” em um contexto organicista sugere desenvolvimento natural. Ou seja, argumento que há predominância do sentido de descontinuidade na edição *princeps* e do sentido de conflito na versão consolidada.

Por fim, pode-se ainda cogitar que realmente Holanda em uma dada reflexão apresentou Estado e

família como inconciliáveis, querendo com isso também opor Estado e emocionalismo, e mais adiante defendeu a composição entre estes dois últimos. O autor poderá ter pretendido sublinhar a tensão existente no projeto que avançava ou simplesmente incorreu em uma inconsistência. Aqui é relevante mobilizar o alerta de Skinner citado anteriormente, a respeito das coerências inventadas, e também o princípio da Navalha de Occam: uma aparente contradição pode ser apenas isso – uma contradição.

É no parágrafo de conclusão do livro que as metamorfoses sofridas pela prescrição do papel do Estado nas diferentes versões se expressam de forma mais dramática. Menos em virtude de alterações radicais no texto e mais por conta da forma como os elementos centrais da obra passam a se articular no trecho que serve como clímax da elaboração do autor. Há três modificações pontuais na redação, que pouco alteram em termos de argumento, por isso reproduzo apenas o texto original:

Se no terreno político e social o liberalismo revelou-se entre nós antes um destruidor de formas preexistentes do que um criador de novas; se foi sobretudo uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos e imaginações para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é uma força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores da sociedade devem ser como

um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pérfido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se veem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas (Holanda, 1936, pp. 160-161).

O pivô que permite à elaboração de Sérgio Buarque de Holanda girar sobre seu eixo e apontar em diferentes direções é a expressão “em um contraponto”, especialmente carregada de ambiguidade. Ao desenvolver sua prescrição para o futuro do país, o autor afirma que não se pode ignorar a essência da nação no momento em que tentamos organizar “a nossa desordem”. O Estado em princípio opõe-se a essa “ordem natural”, mas essa oposição deve resolver-se em contraponto para que o quadro social mantenha sua coerência.

Não são poucos os intérpretes que entendem o contraponto com sentido de antítese, negação, polarização. Por conta disso, a passagem ganha opacidade e um ar de mistério, aprofundado pelo uso de expressões até sobrenaturais, como a referência ao “demônio pérfido” que aparece a poucas linhas do final. Avelino (1987, pp. 40-41) sustenta que o contraponto “permanece indefinido”. Costa (1992, p. 247) e Ferreira (1996, p. 244) fazem coro ao considerar que o fecho do livro oferece “uma não-resposta” para o dilema republicano entre sociedade e Estado. Para Gomes (1990, p. 17), o livro desemboca em um impasse, “numa espécie de dilema muito nítido para o qual não há solução acabada”. Em texto sobre a visão política de Holanda, Candido ([1998] 2008, p. 35) vê “uma relativa indecisão teórica” no último capítulo; seu conhecido prefácio ([1967] 2011) não faz menção direta ao fim do livro, embora seja detalhado sobre outros pontos e tenha claro propósito de servir de mapa de leitura da obra, capítulo a capítulo.¹⁵ De forma geral, o entendimento convencional sobre *Raízes do Brasil*, que apresenta o Estado como vetor de uma ordem impessoal e democrática, desvela perplexidade diante da conclusão. Mas mesmo autores que investigam as metamorfoses apontam a imprecisão

de seu final. Fisgado pelo clima de “encruzilhada, à meia-noite”, Waizbort (2011, p. 51) considera haver traços do “extramundano” e do “supraterreno” no último parágrafo.

Há bons sinais de que a locução “em um contraponto” tenha sido escolhida pelo autor para introduzir uma metáfora musical, como propôs Vecchi (2008). Nada menos do que três expressões nas linhas imediatamente anteriores se encontram no mesmo campo semântico: “ritmo espontâneo”, “compasso mecânico” e “harmonia falsa”. Do ponto de vista substantivo, a conotação musical representa a possibilidade de compor de maneira articulada os elementos e os conceitos apresentados anteriormente. Em uma forma específica: na música, o contraponto significa a combinação harmoniosa de linhas musicais independentes, como a partitura de instrumentos diversos em uma orquestra. A metáfora enriquece a descrição da composição que Holanda pregava entre Estado forte e inclinações emocionalistas do brasileiro, entre criatura espiritual e ordem natural, entre idealização e essência. Sugere uma oposição que se resolve não pela extinção ou aniquilamento de um dos polos ou por um equilíbrio buscado em um ponto intermediário ou com alternância, mas por meio de uma combinação em que um elemento dominante molda o outro – no caso, as características do povo brasileiro apontariam os contornos ideais para o Estado, que nem por isso deixaria de ser protagonista.

Em seu comentário, centrado na decifração das metáforas de *Raízes do Brasil*, Vecchi atribui a escolha da imagem de contraponto à “intuição profunda de uma temporalidade moderna da nação, irreduzível a uma chave rigidamente opositiva ou dialética” (*Idem*, p. 380). Aproveitando o que há de mais persuasivo na explicação, pode-se sustentar que o contraponto acena com uma resolução não dicotômica ou simplesmente intermediária para as oposições fundamentais da obra.

Em direção semelhante foi a intuição de Eugênio, ainda que não tenha centrado sua exegese no caráter musical da metáfora. Para o autor (Eugênio, 2011, pp. 146-148), a passagem final traz referências do poeta alemão Ludwig Klages, que entusiasmou Holanda durante sua estadia na Alemanha no final dos anos de 1920, com sua “filosofia da libertação

dos instintos”. Klages esteve ligado ao Círculo de George (referência a Stefan George), reunindo críticos dos métodos acadêmicos de diferentes linhas e tendo em comum a crítica ao sistema democrático e à República de Weimar. Seu sistema filosófico centrava-se na oposição irreconciliável entre espírito e vida, em um movimento em que o primeiro aparece como parasita metafísico para destruir a segunda. Klages fala em sua obra sobre o risco de trocar o ritmo, que é o pulsar mesmo da vida e a expressão do mundo dos fenômenos (a exemplo da rotação da Terra), pelo compasso representado pela atividade espiritual da consciência. “O compasso repete, o ritmo renova”, afirma Klages (2004, p. 63).

Holanda já defendia a oposição entre espírito (abstração) e vida (espontaneidade) antes de embarcar para a Alemanha (Holanda, [1925] 1988), e o encontro com a obra de Klages pode ter fertilizado essa linha de reflexão. No entanto, o brasileiro recusava a dicotomia excludente entre os dois polos. “A vida, apesar de tudo, continua a nutrir subrepticamente e por uma espécie de verba secreta as regiões mais ocultas de nossas ideologias”, escreveu na carta publicada em 1925 na *Revista Estética*. “É incontestável que os nossos atos, e mesmo aqueles que comportam uma série de movimentos irremediavelmente previstos pela lógica e pelo cálculo mais precisos, não prescindem dessa parcela de contingente que participa do divino.”

Com base em Klages, Eugênio chega a entendimento diverso do defendido neste artigo para o sentido de “contraponto”. Para o comentador, a expressão deve ser entendida como “equilíbrio de opostos”. Em sua interpretação, o ensaio busca (e consegue) superar o dualismo de exclusão, que opta por um dos termos e rejeita o outro; embora se erga sobre uma base de contrastes, *Raízes do Brasil* vence o exclusivismo ao abrangê-los na polaridade. “Nem pacificação nem síntese, mas polaridade: *equilíbrio de opostos*”, sustenta Eugênio (2011, p. 274).¹⁶ Defendendo que a ênfase no método de categorização e na gênese dos argumentos pode ter levado Eugênio a deixar escapar a dimensão política da prescrição de Holanda – o estatismo orgânico. As orações que se seguem à proposta de contraponto no parágrafo final de *Raízes do Brasil* endossam a leitura que proponho. Indicam a ideia de combinação: “Há uma

única economia possível e superior aos nossos cálculos e imaginações para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas”. Sugerem o ato de moldar: “As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas.”

Minha chave de leitura também leva em conta o universo global da obra e está em linha com o restante do texto original. Em trecho anterior ao parágrafo de conclusão, Holanda sustentara que liberalismo democrático e caudilhismo são polos opostos dentro do mesmo “círculo de ideias”. Uma superação da doutrina democrática só seria possível, efetivamente, “quando tenha sido vencida a antítese impersonalismo-caudilhismo”. Isso pode ser entendido como defesa da conciliação entre impessoalidade e tradição, entre Estado impessoal e emocionalismo. Além disso, a interpretação de que deveria ser buscado equilíbrio de opostos contraria o predomínio da vida sobre o espírito, proposto por Holanda ao longo da edição *princeps*.

Por último, uma intertextualidade destacada em trabalho recente¹⁷ (Feldman, 2016, cap. 4) sugere ser especialmente promissora a interpretação que proponho. Quatro anos após o lançamento da primeira edição de *Raízes do Brasil*, veio a lume *Força, cultura e liberdade*, de Almir de Andrade. Escrita sob encomenda da agência de propaganda da ditadura do Estado Novo, a obra buscava legitimar o regime criado por Getúlio Vargas em 1937. Seu autor é um professor universitário que um ano depois viria a trabalhar no Departamento de Imprensa e Propaganda. Com base em um diagnóstico que parte do Brasil colônia e cita fartamente Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, *Força, cultura e liberdade* chega à conclusão de que o Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas estão em sintonia com o caráter do brasileiro e são resposta às “necessidades sociais” do país. É inegável o paralelo com o parágrafo final do ensaio original de Holanda.

O livro também adota perspectiva organicista e tem como uma de suas questões fundamentais entender em que medida a estrutura política do país “se conformou com as verdadeiras tendências da sociedade brasileira, com o seu espírito, com a sua

fisionomia cultural, com as suas tradições ou com as suas necessidades mais prementes” (Andrade, 1940, p. 53). A obra de Andrade dá centralidade ao que define como a cultura específica de cada nação, que englobaria “a sua literatura, a sua arte, a sua técnica, a sua formação histórica, intelectual e moral”. A cada uma corresponderia “o seu sistema de vida política, criado por ela e para ela, originalmente seu, inconfundivelmente seu” (p. 29). Também conceitua o que seria uma “orientação cultural sadia”: “Todas as soluções políticas se ajustam às necessidades sociais, todo o conteúdo e todas as direções dos programas de governo têm que surgir de dentro da própria sociedade” (p. 61).

A ideia de que o Estado estava programado com base na sociedade está presente em outros trechos. Ao tratar da “restauração das tradições políticas brasileiras”, Andrade reverbera formulações de Getúlio Vargas, destacando que, na avaliação do ditador, “os governos só subsistem e constroem [...] ‘quando são fieis intérpretes da consciência coletiva’” (p. 124). Ao tratar das “qualidades políticas do homem brasileiro”, o texto cita o “espírito ‘cordial’ do homem brasileiro, tão bem definido por Sérgio Buarque de Holanda” (p. 103). E, mais uma página à frente, a formulação de Andrade sintoniza-se diretamente com *Raízes do Brasil*:

A segunda condição histórica a que nos referimos é a formação de um espírito de aproximação entre governantes e governados, que se impôs ao brasileiro em consequência do regime de autoridade na família patriarcal e que se transformou, posteriormente, numa necessidade de fusão entre governo e povo, numa concepção de autoridade política em que esta aparece, não como um corpo estranho, imperativo, intolerante, formalístico, executante inflexível de leis – mas como um corpo vivo, fundido com a massa, maleável, tolerante, enérgico sem arrogância, forte sem aristocratizar-se (*Idem*, p. 104).

Na conclusão da obra, há uma mescla da proposta expressa no parágrafo final de *Raízes do Brasil* e da defesa do ditador:

Vimos, efetivamente, que o Brasil tem uma série de tradições políticas e que a sua cultura original e o caráter da sua gente exigiam um esforço de criação de um regime adaptado às nossas necessidades. Vimos também que toda a significação histórica do momento que atravessamos está no fato de as realidades políticas brasileiras terem tido um intérprete, que as soube sentir e definir (*Idem*, p. 229)

Feldman (2016, p. 219) ressalta o “equilíbrio de antagonismos” presente no livro e a influência de Gilberto Freyre para essa formulação. Também chama a atenção para o quanto a cordialidade, da forma como é tratada por Andrade, está contaminada por noções do autor pernambucano, a exemplo da plasticidade. Além disso, uma ideia central em *Força, cultura e liberdade* é de que o Estado Novo se pauta por “um equilíbrio entre a tolerância e a força” (Andrade, 1940, p. 133). Não serão sinais de que o contraponto presente no fecho de *Raízes do Brasil* foi interpretado por Andrade como *oposição* mais do que como *composição* entre contrários?

O próprio Andrade contribui para a resposta negativa. “E esse equilíbrio [entre tolerância e força do governo] não se improvisou. Corresponhia a uma profunda aspiração nacional e popular. A humanização, a plasticidade dos métodos políticos era, como vimos, uma imposição histórica da nossa formação. A aproximação entre o governo e o povo foi sempre uma aspiração inseparável do brasileiro”, esclareceu o autor (pp. 133-134). Ou seja, aquele Estado, como forma exterior da sociedade, seria um contorno congênito a ela, que teria emergido de suas necessidades específicas – como Holanda prescrevia em 1936, sem no entanto filiar-se a nenhum programa político em particular.

Sintomaticamente, não há registro de que Buarque tenha reagido, à época, à interpretação que Almir de Andrade deu a seus enunciados (Feldman, 2016, p. 54). É possível conjecturar que o incômodo com a proximidade entre suas formulações e o discurso de legitimação do Estado Novo contribuiu para as revisões da edição de 1948, como já fizeram outros comentadores, a exemplo de Eugênio (2011, p. 430).¹⁸

Democrata radical ou estatista orgânico?

A recuperação da primeira versão de *Raízes do Brasil* convida a cotejá-la com a produção que lhe foi contemporânea. O movimento revela um Sérgio Buarque de Holanda mais sintonizado com autores de seu tempo do que supõe a interpretação que se tornou convencional. Como sugere a comparação com *Força, cultura e liberdade*, o texto original mostra-se mais próximo do autoritarismo que vicejava no Brasil na década de 1930 do que do “radicalismo democrático raro naquela altura” que lhe atribuiu Antonio Candido ([1988] 2008, p. 34). Como se viu na segunda seção deste artigo, as metamorfoses do texto explicam em parte o mal-entendido. Afinal, as concepções de Holanda na primeira versão de *Raízes do Brasil* podem ser consideradas variação do que Oliveira Vianna chamou de “idealismo orgânico”.

Detalhemos inicialmente os pontos de contato com autores conservadores. Holanda declaradamente segue uma linhagem que passa por Alberto Torres (1914), nominalmente citado no texto principal da primeira edição – em 1948, Holanda passa a se referir a ele como “um publicista ilustre” e deixa a menção a seu nome para uma nota no final do volume. O *Raízes do Brasil* original mobiliza Torres para ressaltar a separação da política e da vida social, que teria atingido no Brasil “o máximo de distância”, a ponto de o brilho das fórmulas institucionais implantadas apenas encobrir lutas para conservação de posições (Holanda, 1936, p. 18).

Na década de 1920, Oliveira Vianna atualizou a antítese país legal *versus* Brasil real pela via do “idealismo orgânico” – aquele em que as invenções institucionais estão em sintonia com a essência da sociedade, concebida em analogia com o mundo biológico. Na sua perspectiva, trata-se de propostas que “nascem da própria evolução da sociedade e representam visões antecipadas da realidade futura” (Vianna, 1922, p. 15).¹⁹ Essa vertente do idealismo “só se forma de realidade”, “só se apoia na experiência”, “só se orienta pela observação do povo e do meio” (p. 17). Em oposição a essa abordagem, o autor concebeu os “idealismos utópicos” ou “constitucionais” como construções doutrinárias “que não leva[m] em conta os dados da experiência” (p. 17) e estão em desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade em que serão aplicadas.

As semelhanças com formulações do texto original de *Raízes do Brasil* são evidentes. Pelas categorias de Oliveira Vianna, a edição *princeps* da obra de Holanda aproxima-se do idealismo orgânico, embora os dois autores desde sempre estivessem em campos políticos opostos, como demonstrou a participação do primeiro na construção do Estado Novo, que teve a oposição pública do segundo.

É curioso como não poucas descrições de comentaristas sobre o pensamento autoritário das primeiras décadas do século passado se ajustam à primeira edição de Holanda, embora não a incluam na categoria. É o caso da proposta por Lamounier:

Corporificada sobretudo em ensaios histórico-sociológicos, essa tradição compõe-se de um conjunto de obras que criticam o modelo constitucional de 1891. É, portanto, uma tradição de pensamento que se formou tendo em vista a ação política, com evidente intenção de influir sobre os acontecimentos. O objetivo de persuadir as elites políticas e culturais da época é visível na própria estrutura narrativa, que invariavelmente se inicia com amplas reflexões histórico-sociológicas sobre a formação colonial do país, estende-se nos diagnósticos do presente – no caso, a República Velha – e culmina na proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional (Lamounier, 2006, p. 345).

Para Lamounier, a “ideologia estatal-centralista” configurada nesses trabalhos envolve de maneira recorrente a continuidade do passado no presente, a concepção do crescimento e da mudança como desenvolvimento de um princípio interno contido na origem, a indispensável maturação do corpo social antes da efetivação de reformas ou enxertos institucionais.

O próprio Antonio Candido, ao destacar a visão política de Sérgio Buarque de Holanda, faz uma descrição dos autoritários que, ironicamente, ajuda a localizar o texto original de *Raízes do Brasil*:

Nos decênios de 1920 e 1930 houve grande interesse pelo que se pode chamar de “explicações do Brasil”. [...] Essas “explicações” se

concentravam sobretudo no passado e podem ser exemplificadas por duas obras de enorme influência: *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, e *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre. [...] Pensando na natureza das “explicações”, é possível interpretar a nostalgia da raiz portuguesa em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre como uma atitude intelectual de cunho conservador. Não apenas isso, é claro, mas isso também. Inclusive porque é um modo de ver que se prende a uma perspectiva da classe dominante. [...] Nos dois autores a tradição luso-brasileira e rural era apresentada não apenas como padrão interpretativo privilegiado, mas com certa aura valorativa que poderia levar a uma visão conservadora da história. [...] Digamos que para a maioria absoluta dos intérpretes do passado brasileiro em seu tempo, inclusive Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, a dimensão luso-brasileira de origem colonial era vista sobretudo na sua continuidade, enquanto Sérgio focalizou sobretudo a sua ruptura, a sua redefinição, a partir da “revolução” representada pelo fim do regime servil em 1888 (Candido, [1988] 2008, p. 32-34).

Angela de Castro Gomes (1990) apontou as muitas semelhanças entre *Raízes do Brasil* e obras de Oliveira Vianna, em especial *História social da economia capitalista*. Sua conclusão básica é de que a ideia de cordialidade de Holanda tem equivalência estrutural com a de espírito do pré-capitalismo de Vianna. Trabalhando com a 19ª edição de *Raízes do Brasil*, de 1987, a autora toma a ideia de cordialidade como Holanda a redefiniu nas edições revistas: uma mentalidade, um produto cultural sintetizado a partir da herança colonial portuguesa, responsável pela gestação de uma sociedade onde dominam relações sociais pessoalizadas, afetivas, particularistas e clientelistas. A cordialidade é ao mesmo tempo obstáculo – por bloquear a instauração de um espaço público democrático e dominado por relações impessoais – e proteção – por evitar excessos na direção da burocratização e da racionalização.

Em Oliveira Vianna, o Brasil é país materialmente capitalista, mas que do ponto de vista sen-

timental estaria sob domínio do pré-capitalismo – uma mentalidade avessa ao trabalho e à ambição desmedida, que não identifica os bens materiais como medida de todo o valor (Vianna, 1987, p. 41). O espírito do pré-capitalismo também é descrito como impossível de ser totalmente superado, mas pode apontar um caminho específico e mais adequado ao país. “Não se trata de minimizar as especificidades e distinções entre os autores, nem de postular uma equivalência substantiva entre os conceitos”, afirma Gomes (1990, p. 16). “O que importa para mim é demonstrar que ambos são construídos a partir de um diagnóstico sobre o Brasil que trabalha com o mesmo conjunto de elementos básicos e que desemboca numa apreciação sobre o ‘homem brasileiro’ surpreendentemente convergente”, informa a autora. A essa convergência a autora chama de “dialética da tradição” (p. 26): em ambos o emocionalismo forjado com base na herança ibérica tem potencialidades positivas e negativas.²⁰

Gomes sustenta que uma síntese possível para os dois autores é de que procuram superar a antítese liberalismo-caudilhismo “sem se cair em autoritarismo de Estado” (p. 26). À luz da edição de 1936 de *Raízes do Brasil*, a afirmação dessa intérprete se torna temerária pelo lado de Holanda: ao defender que o Estado se conforme à sociedade, o autor parece trabalhar em um nível elevado de abstração, pois concretamente não descarta governos oligárquicos ou monocráticos. O mesmo se pode dizer em relação ao Oliveira Vianna de *Populações meridionais do Brasil*, em que há defesa explícita de um Estado forte que dê forma a uma sociedade ganglionar e amorfa. No trecho da obra destacado a seguir, expressões como “governo nacional poderoso”, “dominador” e “incontrastável” não deixam dúvidas sobre as inclinações autoritárias em Vianna:

Problema, como se vê, de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar ao nosso agregado nacional massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter. Problema, pois, de condensação, de concentração, de unificação, de síntese. Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional

poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dous grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal (Vianna, 1938: 407).

É mais discutível se *Raízes do Brasil* se enquadraria como exemplo de autoritarismo instrumental, classificação aplicada por Santos (1978) em Oliveira Vianna. Esse autor conservador via na ação de um Estado forte e centralizado um meio para alcançar uma sociedade liberal, que deixasse para trás sua característica parental, clânica e autoritária. Holanda é claro em dar precedência à “ordem natural”, caracterizada pelo que tenho chamado de emocionalismo, diante do potencial de mudança representado pelo Estado. O autor não deixa de propor soluções “por cima”, seja pelo protagonismo estatal, seja pela aposta na oligarquia, mas ressalta que elas precisam levar em conta o povo – aqui entendido à moda dos conservadores do início do século passado, como coletivo nacional e sem cores sociais. A liberdade individual, com todas as suas consequências políticas, não é um valor relevante na primeira edição de *Raízes do Brasil*, mas o objetivo final que transparece é a construção de uma ordem racional-legal fertilizada pelo emocionalismo do brasileiro e distante do racionalismo, do utilitarismo e de outros paradigmas na mesma direção do mundo anglo-saxão.²¹

Na verdade, o que mais diferencia *Raízes do Brasil* da produção proeminente à época de seu lançamento é a aposta na sociedade brasileira como base última para um projeto modernizador. Enquanto o idealismo orgânico de Oliveira Vianna via traços louváveis em segmentos da sociedade brasileira, mas no todo a considerava disforme, Holanda localizava na sociedade a matriz fundamental a partir da qual uma nova ordem deveria ser constituída, propondo como caminho para a modernidade uma síntese inovadora e singular. Para autores como Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Nestor Duarte, caberia ao Estado dar forma à sociedade.

Nesse sentido, a primeira edição de *Raízes do Brasil* também não se encaixa à perfeição na categoria dos idealismos orgânicos. Como alerta Brandão (2007, p.

248), pertencer ao grupo implica dar centralidade ao Estado, mas justificada pela necessidade que a sociedade tem de “um Estado forte que a tutele e agregue”. Não é o que prescreve Sérgio Buarque de Holanda em meados dos anos de 1930. A noção de estatismo orgânico que proponho contribui para individualizar sua obra da época. Supera o que há de paradoxal na concepção original de Oliveira Vianna – como ser idealista e orgânico ao mesmo tempo? –, contempla o protagonismo esperado do Estado e considera em sentido forte a perspectiva evolucionária da sociedade – na verdade, a prescrição de Holanda pode ser considerada mais orgânica do que outras propostas que se diziam orgânicas.

Longe de diminuir a relevância de *Raízes do Brasil*, a reavaliação de seu lugar na produção da época lhe faz justiça. Antes da Segunda Guerra Mundial, aqui, como na Europa e nos Estados Unidos, o protagonismo estatal era cogitado como via para a modernização e havia desconfiança generalizada em relação aos regimes representativos liberais, com sua tensão entre orientação aristocrática e promessa igualitária, como observou Manin (1997). A proximidade com o pensamento autoritário não torna a obra de Holanda menos original ou fecunda: a proposta de informar o Estado com base no caráter nacional brasileiro escapa a uma das premissas fundamentais do pensamento conservador de então, a de que a sociedade precisava ser (re)inventada pelo Estado. A título de exemplo, vale visitar obras influentes publicadas em anos vizinhos, como *O Estado autoritário e a realidade nacional* (Amaral, [1938] 1981) e *Ordem privada e organização política nacional* (Duarte, [1939] 1966).

Sintomaticamente, as revisões feitas após o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo tiveram o efeito de distanciar *Raízes do Brasil* do pensamento e de autores conservadores. Vianna foi relegado ao desprezo por gerações de autores que rejeitaram os aspectos racistas e antidemocráticos de seus escritos, a começar por Holanda (Brandão, 2000). A primeira edição era pródiga em menções ao contemporâneo, com quem Holanda chegou a manter polêmica, como relatou em *Tentativas de mitologia* (1979). As revisões trataram de miniaturizar Vianna.²²

No caso de Nestor Duarte, a revisão de 1948 deixou o interlocutor falando sozinho. O jurista e

político baiano sustenta em sua obra publicada três anos após o aparecimento de *Raízes do Brasil* que não existe um povo brasileiro, do ponto de vista político, e cabe ao Estado criá-lo. Também avalia a democracia de modo diverso ao do Holanda de 1936. Duarte defende o regime democrático para o Brasil, apesar das limitações que mostrou durante a Primeira República, e elege a predominância da ordem privada como principal mal a combater. Nessa argumentação, faz menção direta a *Raízes do Brasil*, versão original:

Para o autor de “Raízes do Brasil”, porém, tamanha circunstância [em referência ao emocionalismo do brasileiro] só explica o que chama “a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático e os obstáculos que se ergueram contra a formação de um aparelhamento burocrático eficiente entre nós”. Para nós, ao contrário, um problema de tanta profundidade e com tal poder de repercussão, não se pode restringir a tão poucas consequências e efeitos. Ele atinge à questão mesma do Estado e não a essa ou aquela forma de organização estatal. Não seria o Estado democrático, como vimos, o que maiores incompatibilidades ofereceu à recepção e implantação do fenômeno do Poder Político numa organização social como a que tivemos até aqui. [...] Ante a realidade do Brasil, o papel do Estado não é refletir e conservar tal ou qual ambiência, mas assumir a função de reformar, criar, educar um povo (Duarte, [1939] 1966, pp. 121-122).

No final da passagem destacada, observe-se ainda como Duarte reage à proposta feita por Holanda em seu ensaio, ao que tudo indica entendida nos mesmos termos deste artigo. A conversa foi de alguma forma interrompida, uma vez que o trecho de *Raízes do Brasil* destacado em *Ordem privada e organização política nacional* foi suprimido na segunda edição, como se observou no Quadro 7. A alteração daria motivos para que Duarte acreditasse que, doze anos depois, Holanda se vergou a seu julgamento de que não haveria incompatibilidade fundamental específica entre o país e a democracia representativa.

No mundo intelectual brasileiro, os ecos da guerra e a derrocada da experiência autoritária local levaram autores a repensar suas posições. Referindo-se aos pensadores dos anos de 1930, Lamounier (2006, p. 347) sustentou que, com a redemocratização do país em 1945, “uma complexa teia de atitudes e interesses contribuiu para selar as discontinuidades intelectuais produzidas pelo Estado Novo, dificultando ainda mais a apreensão e a crítica do pensamento autoritário das décadas anteriores”. No caso de Sérgio Buarque de Holanda, se foi esse o móvel de suas revisões, ele teve a ajuda decisiva de sua biografia na tarefa de fixar novos sentidos para sua obra de 1936. Parece fora de dúvida que a cordialidade, aqui entendida como emotividade acima do julgamento racional, também teve seu papel. A profusão de trabalhos de comentaristas em que o autor é tratado simplesmente pelo primeiro nome, Sérgio, evidencia o grau de proximidade que esse monumento intelectual nacional fez por merecer.

Notas

- 1 Os anexos contribuíram para configurar diferentes edições da obra. O mais marcante é o prefácio escrito por Antonio Candido em 1967 e incluído em todas as edições subsequentes, mas há outras variações, como a inclusão na edição de 1956 das cartas trocadas entre Holanda e Cassiano Ricardo a respeito da cordialidade.
- 2 A segunda edição foi impressa em janeiro de 1948 e a terceira, em agosto de 1956. São esses os anos que identificam as obras nas respectivas folhas de rosto. Se há imprecisão na forma como alguns comentaristas se referem às três primeiras edições, isso certamente se deve ao fato de os prefácios do autor estarem datados dos anos imediatamente anteriores à publicação – respectivamente, junho de 1947 e outubro de 1955.
- 3 Merece menção também o trabalho de Souza e Cerqueira (2014), embora se refira a outra obra do autor, *Monções*.
- 4 É um dos três livros (ao lado de *Casa-grande & senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*) com que as pessoas de sua geração “aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil”, de acordo com o prefácio de Candido, que tem o sugestivo título de “O significado de *Raízes do Brasil*”.
- 5 A edição crítica da obra foi organizada por Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz, com recuperação da

- genética do texto feita por Maurício Acuña e Marcelo Diego e publicação pela Companhia das Letras.
- 6 Para maior clareza na argumentação, adoto a expressão “emocionalismo” para me referir de maneira ampla ao traço central apontado na edição de 1936 como distintivo do caráter nacional brasileiro, forjado a partir da herança ibérica. Com o emocionalismo pretendo sintetizar três diferentes facetas descritas por Holanda: a cultura da personalidade (traço marcante nos povos ibéricos), o núcleo da ideia de cordialidade (entendida como “um fundo emocional rico e transbordante”, em oposição à artificialidade da civilidade) e o personalismo (predominantemente usado por Holanda com sentido político, relacionado com governos ou lideranças monocráticas).
 - 7 É preciso registrar que Brandão não inclui nessa linhaagem a edição original de *Raízes do Brasil*.
 - 8 O tempo verbal aqui merece ser ressaltado como mais um foco de tensão do ensaio, desta vez envolvendo a completude (ou não) da revolução descrita. Na edição de 1936, Holanda afirma que a revolução “Processou-se” (p. 135), ao mesmo tempo em que usa o pretérito perfeito composto (nós a “temos experimentado”), que sugere continuidade no presente. Nas edições revistas, o verbo processar é mudado para o presente (“Processa-se”), indicando que a revolução ainda está em curso, como observou Feldman (2016, p. 189).
 - 9 “Um povo perece quando confunde seu dever com o conceito de dever em geral”, em tradução de Waizbort (2011, p. 53) para a frase de Nietzsche que aparece em alemão como epígrafe do capítulo 7.
 - 10 A edição crítica apresenta o corpo do texto da versão consolidada em 1969 e registra em notas de rodapé discrepâncias que apareceram em cada uma das quatro edições anteriores. Isso exige atenção redobrada de quem se proponha a remontar uma edição específica. Um exemplo é a decisiva inserção de cinco páginas que em 1948 trouxeram para o ensaio a proposta de revolução vertical e que estão identificadas apenas por uma chamada para nota de rodapé em um ponto do texto principal, com o seguinte conteúdo: “Este e os próximos sete parágrafos são uma inserção de B” – com “B” se referindo à segunda edição (Holanda, 2016, p. 317).
 - 11 Vale a pena mencionar ainda que a revisão desta passagem retirou um elogio indireto a Gilberto Freyre. A comparação de dom Pedro II a pastor protestante oficiando em templo católico é descrita na edição *princeps* como tendo sido feita “finamente”, advérbio omitido da edição de 1948. O nome de Freyre só é vinculado diretamente ao comentário na edição de 1956, com a inclusão da nota 176, que se refere a *Propósito de Dom Pedro II*.
 - 12 O próprio Eugênio (2011, p. 381) usa a expressão “atenuações” entre aspas, sugerindo a inadequação desta noção ao que quer nomear, quando descreve as modificações operadas por Holanda em 1948.
 - 13 As metamorfoses buarquianas impactaram a leitura de Dante Moreira Leite. Na versão em livro de sua tese de doutorado, ele observou que a expressão “caráter brasileiro” não aparece em *Raízes do Brasil*, mas fez isso depois do contato com uma edição revisada da obra; na verdade, mesmo na reedição contemporânea escaparam algumas menções com o velho sentido: a introdução do tema da cordialidade registra que ela seria “traço definido do caráter brasileiro” (Holanda, 2016, p. 254); no sexto capítulo, sobre “novos tempos”, é mencionado um amor pelas leis genéricas que seria “dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro” (Holanda, 2016, p. 277).
 - 14 Ribeiro Couto era amigo de Holanda e definiu originalmente a cordialidade como uma contribuição latina à humanidade e a esculpiu como negação do utilitarismo puritano dos Estados Unidos.
 - 15 Possivelmente haja menção indireta ao parágrafo de conclusão quando Candido ([1967] 2011, p. 18) afirma que o capítulo 7 se encarrega de “sugerir (mais do que mostrar) como a dissolução da ordem tradicional ocasiona contradições não resolvidas, que nascem no nível da estrutura social e se manifestam no das instituições e ideias políticas”; a ser verdadeira essa hipótese, fazer menção à proposta de resolução em contraponto usando a expressão “contradições não resolvidas” reforça minha suspeita sobre a leitura do trecho em chave antitética.
 - 16 Em diferentes passagens, Eugênio (2011) associa o contraponto do texto a “movimento contrastativo” (p. 30), “metodologia dos contrários” (p. 31), “antagonismos em equilíbrio” (p. 32), “convergência de opostos, acordo de contrários, equilíbrio de antagonicos” (p. 34).
 - 17 Outros comentadores apontaram pontos em comum entre as obras que serão citadas, a exemplo de Lúcia Lippi Oliveira (1982) e Pedro Meira Monteiro (2012), mas o fato de não explorarem a edição original de 1936 tornou os pontos de contato menos aproximados, levando a outras conclusões.
 - 18 Eugênio (2011, p. 411) anota que, em palestra na Escola Superior de Guerra, em 1967, ao comentar as revisões do livro, Holanda afirmou: “Ainda considero válido muito do que escrevi [...]. Apenas me pergun-

to se os argumentos a que recorri para combater essa atração [pelas ditaduras] não pertencem rigorosamente à mesma seara onde outros, na mesma época, foram recolher seus motivos para enaltecê-la”.

- 19 Também Oliveira Vianna revisou significativamente suas obras. Depois do livro citado, *O idealismo na evolução política do Império e da República*, de 1922, Vianna publicou *O idealismo da Constituição*, em 1927, no qual não detalhava os tipos de idealismo; foi só na grande revisão da obra para a segunda edição, de 1939, que essas definições voltaram a aparecer.
- 20 Há outras semelhanças apontadas por Gomes nas formulações dos dois autores, que opto por apenas elencar aqui: o tema do Estado centralizado, a importância da família e da propriedade rural, a identificação de 1888 como ponto decisivo para a transformação da sociedade brasileira.
- 21 Neste ponto, as duas dimensões de análise de Dahl (1989) consagradas para descrever processos de democratização podem ser úteis para localizar as proposições da primeira versão de *Raízes do Brasil*. Holanda sugere como caminho para a modernidade a composição entre elites, mais do que o aumento da contestação pública, e não mostra preocupação com a inclusão de novos atores ou segmentos da população na vida política. São proposições em sintonia com o tempo da edição *princeps*, mas que o distanciam de orientações democráticas e mesmo da ideia de um regime oligárquico competitivo, pelos critérios de Dahl.
- 22 A edição original tem apenas cinco notas explicativas, e Holanda dedica a mais extensa delas, de quatro páginas, para rebater a hipótese da “força centrífuga” de Vianna. Ao apresentar evidência de que não foi o ambiente que forçou os portugueses ao meio rural, pois este tipo de vida já grassava na metrópole, Holanda afirma que Vianna manipula a história para que corresponda a suas teses. Na revisão de 1948, o nome de Vianna desaparece da discussão sobre a “força centrífuga

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Almir. (1940), *Força, cultura e liberdade: origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- AMARAL, Azevedo. ([1938] 1981), *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília, Câmara dos Deputados/Editora Universidade de Brasília (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 11).
- AVELINO, George. (1987), “As raízes de Raízes do Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, 18: 33-41.
- BASTIDE, Roger, (1948), “La psychologie ethnique en Amérique du Sud”. *Rev. de Psychologie des Peuples*, 111 (I): 27-39.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (2000), “Oliveira Vianna: populações meridionais do Brasil, in Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, São Paulo, Editora Senac.
- _____. (2005), “Linhagens do pensamento político brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 48 (2): 231-269.
- _____. (2007), *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo, Hucitec.
- CANDIDO, Antonio. ([1967] 2011), “O significado de Raízes do Brasil”, in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 26 ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. ([1998] 2008), “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”, in Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp.
- CARVALHO, José Murilo de. (1988), “Escravidão e razão nacional”. *Dados*, 31 (3): 287-308.
- COSTA, Valeriano. (1992), “Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque”. *Lua Nova*, 26: 219-248.
- DAHL, Robert. (1989), *Poliarquia*. São Paulo, Edusp.
- DIAS, Maria Odila Leite. (2008), “Negação das negações”, in Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp.
- DUARTE, Nestor. ([1939] 1966), *A ordem privada e a organização política nacional*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense.
- EUGÊNIO, João Kennedy. (2011), *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina, EDUFPI.
- FELDMAN, Luiz. (2013), “Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28 (82): 119-140.

- _____. (2016), *Clássico por amadurecimento: estudos sobre raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. (1996), “A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna”. *Lua Nova*, 37: 229-247.
- GOMES, Angela de Castro. (1990), “A dialética da tradição”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5 (12): 15-27.
- GURZA LAVALLE, Adrián. (2004), *Vida pública e identidade nacional*. São Paulo, Globo.
- HEGEL, Georg W. F. ([1820] 1997), *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo, Martins Fontes.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. ([1925] 1988), “Perspectivas”, in Francisco de Assis Barbosa (org.), *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, Rio de Janeiro, Rocco.
- _____. (1936), *Raízes do Brasil*. 1ª edição. São Paulo, José Olympio.
- _____. (1948), *Raízes do Brasil*. 2 ed. São Paulo, José Olympio.
- _____. (1956), *Raízes do Brasil*. 3 ed. São Paulo, José Olympio.
- _____. (1979), *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (2008) “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social” [1935], in Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp.
- _____. (2016), *Raízes do Brasil*. Edição crítica. Org. Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo, Companhia das Letras.
- KLAGES, Ludwig. (2004), *La nature du rythme*. Paris, L’Harmattan.
- LAMOUNIER, Bolívar. (2006), “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação”, in Bóris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.
- LEITE, Dante Moreira. (1959), “Caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos”. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, n. 230.
- LINZ, Juan. (1975), “Totalitarian and authoritarian regimes”, in Fred Greenstein e Nelson W. Polsby, *Handbook of political science*, Reading, Addison-Wesley Pub. Co.
- MANNHEIM, Karl. (1986), “O pensamento conservador”, in José de Sousa Martins (org.), *Introdução crítica à sociologia rural*, São Paulo, Hucitec.
- MANIN, Bernard. (1997), *The principles of representative government*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MELLO, Evaldo Cabral de. (1995), “Raízes do Brasil e depois”, in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- MONTEIRO, Pedro Meira. (1999), *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____. (2012), “Coisas sutis, ergo profundas: o diálogo entre Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda”, in Pedro Meira Monteiro (org.), *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*, São Paulo, Companhia das Letras/Instituto de Estudos Brasileiros/Edusp.
- MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). (2008), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, Editora da Unicamp.
- MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lília Moritz. (2016), “Uma edição crítica de Raízes do Brasil: o historiador lê a si mesmo”, in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Edição crítica. Org. Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo, Companhia das Letras.
- NEIBURG, Federico & GOLDMAN, Márcio. (1998), “Anthropology and politics in studies of national character”. *Cultural Anthropology*, 13 (1): 56-81.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1982), “Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade”, in Lúcia Lippi Oliveira, Monica Pimenta Velloso e Angela Maria de Castro Gomes (orgs.), *Es-*

- tado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- ROCHA, João César de Castro. (2008), “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”, in Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp.
- _____. (2012), “Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária”. *Dicta&Contradicta*, 9: 10-28.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978), “Praxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, in _____, *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo, Duas Cidades.
- SCHLEGEL, Rogerio. (2014), “As metamorfoses do Estado nas edições de *Raízes do Brasil*”. Trabalho apresentado ao 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, out. Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9350&Itemid=456, consultado em 25/9/2016.
- SKINNER, Quentin. (1969), “Meaning and understanding in the history of ideas”. *History and Theory*, 8 (1): 3-53.
- SOUZA, Laura de Mello & CERQUEIRA, André Sekkel (orgs.). (2014), *Monções e capítulos de expansão paulista*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TORRES, Alberto. (1914), *O problema nacional brasileiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- VECCHI, Roberto. (2008), “*Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”, in Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp.
- VIANNA, Oliveira. ([1920] 1938), *Populações meridionais do Brasil*. 4 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. (1922), *O idealismo na evolução política do Império e da República*. São Paulo, Biblioteca d’O Estado de S. Paulo.
- _____. ([1927] 1939), *O idealismo da constituição*. 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. (1987), *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia/Universidade Federal Fluminense.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2011), “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26 (76): 39-62.
- WEGNER, Roberto. (2006), “Um ensaio entre o passado e o futuro”, in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Edição crítica. Org. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo, Companhia das Letras.
- WILSON, Woodrow. ([1889] 1918), *The State: elements of historical and practical politics*. Boston/Nova York/Chicago, D. C. Heath & Co. Publishers.

**RRAÍZES DO BRASIL, 1936: O
ESTATISMO ORGÂNICO COMO
CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL**

Rogerio Schlegel

Palavras-chave: Raízes do Brasil; Sérgio Buarque de Holanda; Pensamento político brasileiro; Pensamento autoritário; Organicismo.

O artigo compara o texto de *Raízes do Brasil*, publicado por Sérgio Buarque de Holanda em 1936, com a segunda (1948) e a terceira edições (1956), revistas pelo autor. As modificações alteraram substancialmente pontos centrais do ensaio. Do texto anterior a essas metamorfoses emerge a defesa de um Estado forte, de traços oligárquicos, eventualmente autoritário, que deve se compor com o emocionalismo que marca o caráter nacional brasileiro “em contraponto” – imagem que sugere linhas musicais independentes, mas em harmonia. O artigo defende que o “estatismo orgânico” prescrito por Holanda está mais próximo dos autores autoritários dos anos de 1930 do que do pioneirismo democrático usualmente atribuído à obra. No entanto, diferencia-se deles por subordinar o protagonismo do Estado às características mais essenciais da sociedade.

**ROOTS OF BRAZIL (RAÍZES DO
BRASIL), 1936 – THE ORGANIC
STATISM AS A ORIGINAL
CONTRIBUTION**

Rogerio Schlegel

Keywords: Roots of Brazil (Raízes do Brasil); Sergio Buarque de Holanda; Brazilian Political Thought; Organicism

This study compares the original version of the book *Roots of Brazil (Raízes do Brasil)*, by Sergio Buarque de Holanda in 1936, with those revised by the author in 1948 and 1956. His interventions substantially shifted central topics of the text. Before this metamorphosis, the essay posited that Brazil needed a strong state, with oligarchic features, eventually authoritarian, which would mingle itself with the effectiveness that distinguishes the Brazilian national character “in a counterpoint” – a musical metaphor suggesting the combination of two melodic lines that would retain their individuality. This article argues that the “organic statism” prescribed by Holanda is closer to the authoritarian authors of the 1930’s than to the democratic pioneering usually attributed to the book. Nevertheless, it differs from them by the subordination of the State’s role to the essential features of the society.

**RACINES DU BRÉSIL (RAÍZES
DO BRASIL), 1936: L’ÉTATISME
ORGANIQUE EN TANT QUE
CONTRIBUTION ORIGINALE**

Rogerio Schlegel

Mots-clés: Racines du Brésil (Raízes do Brasil); Sérgio Buarque de Holanda; Pensée politique brésilienne; Pensée autoritaire; Organicisme

L'article compare le texte du livre *Racines du Brésil*, publié par Sérgio Buarque de Holanda en 1936, avec les seconde (1948) et troisième (1956) éditions, revues par l'auteur. Les révisions ont considérablement modifié les points centraux de son œuvre. Dans le texte antérieur à ces métamorphoses, nous constatons l'émergence de la défense d'un État fort, avec des caractéristiques oligarchiques, éventuellement autoritaire, qui doit s'associer à l'émotivité qui marque, «en contrepoint», le caractère national brésilien – une image qui suggère des lignes musicales indépendantes, mais en harmonie. L'article défend que l'«étatisme organique» prescrit par Sérgio Buarque de Holanda est plus proche des auteurs autoritaires des années 1930 que du caractère pionnier habituellement attribuée à l'œuvre. Toutefois, il se différencie de ces auteurs par la subordination de l'action de l'État aux caractéristiques davantage essentielles de la société.